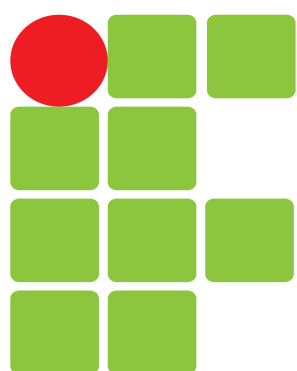




**Plano Estratégico de Atuação no Desenvolvimento
Regional/Local do IFGOIÁS
2010-2014
(Versão Preliminar)**

Ref.: Agosto/2009



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
GOIÁS**

OBSERVATÓRIO REGIONAL - CENTRO-OESTE

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica – Região Centro-Oeste

Equipe Técnica:

Walmir Barbosa
Pesquisador Gestor – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Eliézer Marques Faria
Pesquisador Orientador – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Monica Graziella De Paolis Bartholo
Técnico de Informática – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Joaquim Francisco Martins
Núcleo de Base – IFGOIÁS *Campus* Itumbiara

Leonardo Magalhães de Castro
Núcleo de Base – IFGOIÁS *Campus* Itumbiara

Elizete Soares de Sena
Núcleo de Base – IFGOIÁS *Campus* Uruaçu

Leoni Borges Evangelista
Núcleo de Base – IFGOIÁS *Campus* Uruaçu

Aladir Ferreira da Silva Júnior
Núcleo de Base - IFGOIÁS *Campus* Jataí

Sérgio Henrique de Almeida
Núcleo de Base – IFGOIÁS *Campus* Jataí

Renato Araújo
Núcleo de Base – IFGOIÁS *Campus* Inhumas

Jakeline Cerqueira de Moraes
Aluna Bolsista do Observatório/SIEP – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Maxmillian Lopes da Silva
Aluno Bolsista do Observatório/SIEP – IFGOIÁS *Campus* Goiânia

Revisor:

Ailton Vasconcellos – IFGOIÁS – *Campus* Goiânia

SUMÁRIO

Apresentação

1. Introdução

1.1. Conceitos Básicos

1.2. Metodologia

1.2.1. Consulta à Sociedade

1.2.2. Procedimentos Metodológicos

2. Características Geográficas e o Processo Histórico da Região Centro-Oeste e de Goiás

2.1. Região Centro-Oeste e seus Ecossistemas

2.2. Dados Históricos da Região Centro-Oeste e de Goiás

2.2.1. A Região Centro-Oeste

2.2.2. O Estado de Goiás

3. Aspectos Dinâmicos da Atual Economia Goiana

3.1. Agroindústria

3.2. Mineração

3.3. O Polo Farmoquímico

3.4. Turismo

3.5. A Ferrovia Norte-Sul

3.6. O Porto Seco

3.7. O Ramal do Gasoduto

4. Caracterização Panorâmica do Estado de Goiás por Mesorregiões

4.1. Aspectos Regionais

4.2. Aspectos Demográficos

4.3. Aspectos Sociais

4.4. Aspectos Econômicos

4.4.1. Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões do Estado de Goiás

4.4.2. Grau de Escolaridade dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões do Estado de Goiás

4.4.3. Faixa Salarial dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho, nas Mesorregiões do Estado de Goiás

5. Potencialidades e Estrangulamentos do Centro-Oeste e de Goiás

5.1. As Principais Potencialidades

5.1.1. Recursos Naturais Abundantes e Grande Biodiversidade

5.1.2. Grande Manancial de Recursos Hídricos

5.1.3. Capacidade Empreendedora e Inovadora do Empresariado Regional

5.1.4. Existência de uma Base Produtiva Agropecuária Moderna e Competitiva

5.1.5. Mercado Interno em Extensão

5.1.6. Nível de Escolaridade da População

5.1.7. Inovação Tecnológica

5.1.8. Posição Estratégica da Região no Contexto Sul-Americano

5.2. Estrangulamento/Problemas Centrais

- 5.2.1. Vulnerabilidade da Economia
- 5.2.2. Limitado Resultado Social do Dinamismo da Economia
- 5.2.3. Deficiência na Qualificação da Mão-de-obra
- 5.2.4. Degradação dos Ecossistemas Regionais
- 5.2.5. Desarticulação do Sistema Logístico e Gargalos na Infra-Estrutura
- 5.2.6. Limitado Sentimento de Identidade Regional
- 5.2.7. Baixa Diversificação Produtiva e Adensamento das Cadeias Produtivas
- 5.2.8. Crescimento da Economia Informal e da “Economia da Contravenção”
- 5.2.9. Desigualdade Sócio-Econômica Intra-Regional
- 5.2.10. Desarticulação da Rede de Cidades

6. Gestão Estratégica do Campus do IFGoiás

6.1. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Formosa e sua Região de Influência Imediata

6.1.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência Imediata

- 6.1.1.1. Aspectos Naturais
- 6.1.1.2. Aspectos Demográficos
- 6.1.1.3. Aspectos Econômicos
- 6.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais
 - 6.1.1.4.1. Aspectos Educacionais
 - 6.1.1.4.2. Aspectos Sociais

6.2. Identificação da Matriz de Potencialidade, Limitações e Problemas

6.3. Identificação dos Problemas Centrais

6.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição

6.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições e Atores Sociais Envolvidos

6.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos

Lista de Figuras

Lista de Gráficos

Lista de Tabelas

APRESENTAÇÃO

O Plano Estratégico de Atuação do IF Goiás no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010 - 2014), procura orientar e organizar as iniciativas e ações da Instituição, tendo em vista inseri-la no desenvolvimento regional/local do Estado de Goiás. A perspectiva é que ele se constitua, de fato, em um referencial para a inserção da Instituição na sociedade regional/local, contribuindo para o desenvolvimento da mesma.

A elaboração do Plano foi uma iniciativa do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste, mas também envolvendo diretamente a Reitoria, os Pro-reitores, os diretores dos *campi*, os chefes de departamento e os coordenadores e coordenações de cursos e de áreas. O método e processo participativo que redundou no Plano Estratégico de Atuação do IF Goiás no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010- 2014) devem ser confirmados na implementação do Plano, do contrário o mesmo se reduzirá a um mero documento institucional que apenas evidencia um compromisso formal com a sociedade regional e suas comunidades locais. Portanto, ele deve ser concebido como uma referência estratégica para os agentes e atores da Instituição, tendo em vista a mobilização dos agentes e atores sociais da sociedade regional na qual ela se insere.

O efetivo encaminhamento do Plano Estratégico de Atuação do IF Goiás no Desenvolvimento Regional/Local de Goiás (2010- 2014) depende da sua capacidade de refletir e expressar as demandas da sociedade e de estabelecer as grandes convergências entre a Instituição e os atores sociais em torno das prioridades regionais/locais.

1. INTRODUÇÃO

O Centro-Oeste destaca-se, nas últimas décadas, como uma das regiões mais dinâmica do Brasil, ao concentrar a acelerada expansão do agronegócio brasileiro e ao responder por parcela crescente das exportações nacionais. A expansão da fronteira agrícola e importantes avanços tecnológicos permitiram o crescimento da moderna agropecuária, com destaque para os grãos e a pecuária.

A concentração do dinamismo regional no agronegócio¹ e nas exportações, todavia, gera relativa vulnerabilidade da economia, com modesta irradiação nos demais setores econômicos regionais. O excepcional desempenho da economia regional, nas últimas décadas, por outro lado, não se expressa com a mesma intensidade na elevação das condições de vida e nos indicadores sociais do Centro-Oeste, embora estes tenham melhorado continuamente e, via de regra, estejam acima da média nacional, exceto no saneamento básico.

Outro aspecto marcante é que, o acelerado crescimento da economia centro-oestina está provocando fortes impactos ambientais nos ecossistemas regionais, degradando este que é a principal riqueza da Região. Esta degradação pode comprometer a própria base do desenvolvimento futuro do Centro-Oeste, qual seja a atividade agropecuária e os complexos agroindustriais.

A atuação do IFGoiás no desenvolvimento regional/local demanda um Plano estratégico de intervenção que seja capaz de enfrentar os estrangulamentos regionais, promover melhorias sociais, e conservar o meio ambiente. Portanto, vislumbra-se como perspectiva futura ao IFGoiás a necessidade de criar projetos de tecnologias limpas em parcerias com ONG(s), instituições de ensino nacionais e estrangeiras e governos estadual, federal e municipais.

1.1. Conceitos Básicos

A elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional adotou como referencial o conceito de desenvolvimento regional sustentável, entendido como o

¹ As exportações brasileiras para a União Européia (UE) mostram fôlego expressivo neste ano, impulsionadas pela forte demanda por commodities dos países do bloco e pela relativa estabilidade na paridade do real em relação ao euro. No primeiro semestre, as vendas externas para a UE aumentaram 32,2% em relação ao mesmo período do ano passado, atingindo US\$ 18,2 bilhões, o equivalente a um quarto das vendas externas do país no período. Empresas brasileiras vêm nesse mercado uma forma de amenizar as perdas trazidas pelo dólar fraco. Minério de ferro, café, soja e suco de laranja são alguns dos principais produtos brasileiros comprados por países como Holanda, Alemanha, França, Bélgica e Itália (WWW.ABINT.ORG.BR).

processo de mudança que articula o aumento da competitividade da economia, a elevação da qualidade de vida da população e a conservação ambiental. As prioridades de desenvolvimento devem ser capazes de administrar os avanços em cada uma das dimensões, contornando os conflitos e tensões entre a economia, a sociedade e o meio ambiente.

Planejar é, antes de tudo, tomar decisões sobre as alternativas de ações para promover o futuro desejado. É um processo organizado e tecnicamente fundamentado de escolhas, resultado de uma reflexão estruturada com conhecimento e análise técnica, de modo a analisar e interpretar o processo de evolução recente, as perspectivas e os impactos diferenciados das escolhas, para assegurar os resultados esperados.

Como toda decisão, o planejamento é um processo político, que articula e negocia interesses diferenciados da sociedade, faz escolhas coletivas que refletem conflitos e convergências dos atores sociais. É ao mesmo tempo, técnico e político, faz escolhas e define caminhos e iniciativas com base no conhecimento e na análise.

Para dar conta da diversidade de interesses na sociedade e assegurar a base política da implementação do Plano, o processo de planejamento deve ser participativo, procurar envolver todos os grupos e segmentos sociais. Estimular a negociação e discussão em torno dos grandes desafios e prioridades de desenvolvimento regional/local.

1.2. Metodologia

A metodologia de trabalho utilizada incorporou os conceitos de desenvolvimento e de planejamento participativo retro apresentado. Ao adotar o desenvolvimento sustentável, a metodologia procurou articular, ao longo do trabalho, as múltiplas dimensões que envolvem o conceito, especialmente a econômica, a sócio-cultural e a ambiental. A perspectiva de desenvolvimento sustentável leva, por outro lado, a adotar o planejamento estratégico², com visão de longo prazo e preocupação central com os fatores estruturais da realidade e, como consequência, medidas e ações capazes de promover uma reorganização da estrutura econômica, social, tecnológica e ambiental.

A metodologia definiu, por outro lado, uma sistemática de participação e envolvimento da sociedade regional na análise da situação e, principalmente, na formulação dos vetores e prioridades estratégicas. O processo de trabalho procurou articular o esforço técnico de análise do conhecimento acumulado sobre a região com momentos importantes

² Faz-se necessário incentivar núcleos de *práxis* sociais positivas em que a sociedade como um todo participe ativamente de projetos público-privados que solucionem problemas de cunho socioambientais.

de consulta à sociedade e discussão das prioridades, de modo a complementar o vasto conhecimento já existente sobre o Centro-Oeste, o Estado de Goiás e a microrregião com a percepção da sociedade sobre a realidade regional e o futuro desejado para a mesma.

Até porque o Estado de Goiás mostra-se como uma espécie de laboratório de fronteiras, uma espécie de ‘tampão de proteção’ a Região Norte do país. Materializando uma fronteira em constante mutação, o Estado de Goiás deve ser percebido como entreposto de redistribuição regional; um nó importante na malha logística brasileira.

1.2.1. Consulta à Sociedade

Foram utilizadas três técnicas distintas e complementares de envolvimento dos diversos segmentos da sociedade regional, entidades, lideranças, especialistas e formadores de opinião¹:

- a) Entrevistas com gestores, empresários, representantes do mundo do trabalho e de ONG’s da Região, tendo em vista compreender os limites e possibilidades de desenvolvimento regional/local;
- b) Oficinas de trabalho com a participação de grupos e segmentos organizados da sociedade para a identificação das suas demandas e necessidades;
- c) Audiência pública tendo em vista apresentar as convergências, estabelecer compromissos.

1.2.2. Procedimentos Metodológicos

a. Diagnóstico

A fase de diagnósticos envolve a pesquisa de dados secundários e primários³ e a posterior análise dos dados obtidos de forma que estes permitem a formação de uma base para as demais etapas do planejamento estratégico. Os dados a serem obtidos são de diversos temas e fontes, como a localização espacial e geográfica, os recursos ambientais e naturais disponíveis, os recursos econômicos existentes e as organizações sociais locais, dados sobre a demografia e o mercado de trabalho e renda, dados sobre questões sanitárias e ligadas à qualidade de vida da população, dados sobre a infra-estrutura antrópica local e dados culturais e sociais pertinentes. Nesta fase é montada uma matriz de potencialidades,

³ Por dados primários compreende-se os dados gerados pelo próprio observatório mediante pesquisas de campo e/ou bancos de dados. Por dados secundários compreende-se os dados oriundos de sistematizações e análises realizadas por outros autores e instituições.

limitações e problemas com o subsídio oferecido pela análise dos dados obtidos no diagnóstico. Esta etapa do trabalho é de responsabilidade do Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT.

Portanto, a diretoria de pesquisa deve propor parceria com o Geoprocessamento do IFGoiás com o objetivo de gerar produtos cartográficos e análises georeferenciadas das mesorregiões, microrregiões, municípios em que estão instalados os *campi* do IFG, tais como mapas de uso e ocupação e projetos de zoneamento ecológico-econômico com a meta de averiguar as vocações regionais no Estado de Goiás.

b. Definição das vocações regionais

A fase de diagnóstico permite a extração de dados que subsidiam a identificação das vocações da região. Nesta se considera as potencialidades, as limitações e as problemáticas regionais para as áreas econômica, natural, populacional (trabalho e demografia) e infraestrutura social. O objetivo principal é gerar a percepção das potencialidades da região que podem ser explorados ou mais bem aproveitados na busca de um desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

A título de exemplificação, cada região é formada segundo particularidades geográficas e históricas, isto é o território é apropriado de forma desigual e combinada. Desse modo, sempre haverá disparidades regionais segundo as formas de uso e ocupação dos espaços, pois se torna impossível ao poder público atender todo o território goiano ao mesmo tempo. O que pode ser feito, tendo em vista atenuar as desigualdades locais/regionais, é promover a criação de núcleos/pólos de irradiação regional ou “células distribuidoras” de desenvolvimento econômico e equidade social.

c. Definição dos objetivos estratégicos

Esta etapa consiste no desenvolvimento de uma árvore de problemas na qual são elencadas causas e efeitos de um problema central que será escolhido. Deve-se focar o problema em si, evitando apontar a falta de algumas infra-estruturas ou algum serviço ou uma solução para os problemas, e não o problema em si.

Após a montagem da árvore de causas e efeitos, é elaborada uma árvore de meios e fins, que se baseia na inversão de condições positivas, gerando uma segunda lógica, muito diferente e complementar à primeira. Da árvore de meios e fins também podem ser extraídos dados para a tomada de decisão das atividades que devem ser priorizadas visando ao desenvolvimento regional e à resolução da problemática ou do conflito abordado. Tais

iniciativas podem ser retratados por meio dos quadros preliminares abaixo.

Quadro 1

OBJETIVOS	METODOLOGIA	RESULTADOS ESPERADOS

Quadro 2

DIAGNÓSTICO	PROGNÓSTICO
1ª ETAPA	2ª ETAPA

Precisa-se de uma definição estratégica de desenvolvimento local.

d. Definição da estratégia de desenvolvimento local

A etapa de definição da estratégia de desenvolvimento local se dá após o conhecimento dos objetivos e visa o estabelecimento de medidas que incidam sobre os fatores geradores dos problemas. Nesta etapa, e seguindo o que realizado previamente, montar-se-á uma matriz de fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças. Assim, será montada uma matriz de objetivos e estratégias de desenvolvimento local, na qual para cada objetivo específico diversas serão elevadas estratégias. Dessa forma visa: aproveitar as oportunidades e as fortalezas, superar as fraquezas e as debilidades, aproveitando as oportunidades, superar as ameaças, aproveitando as fortalezas, e buscar a neutralização das ameaças.

Procurar-se-á que o IFG, a partir dos campi instalados, assuma um papel estratégico no Estado de Goiás criando projetos de desenvolvimento urbano-regional com a oferta de cursos indicados pelo Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT, bem como a condução de pesquisa e de extensão que traduzam necessidades locais/regionais. A metodologia *a priori* seria o estudo do município no contexto do todo regional.

e. A elaboração de planos e projetos de intervenção

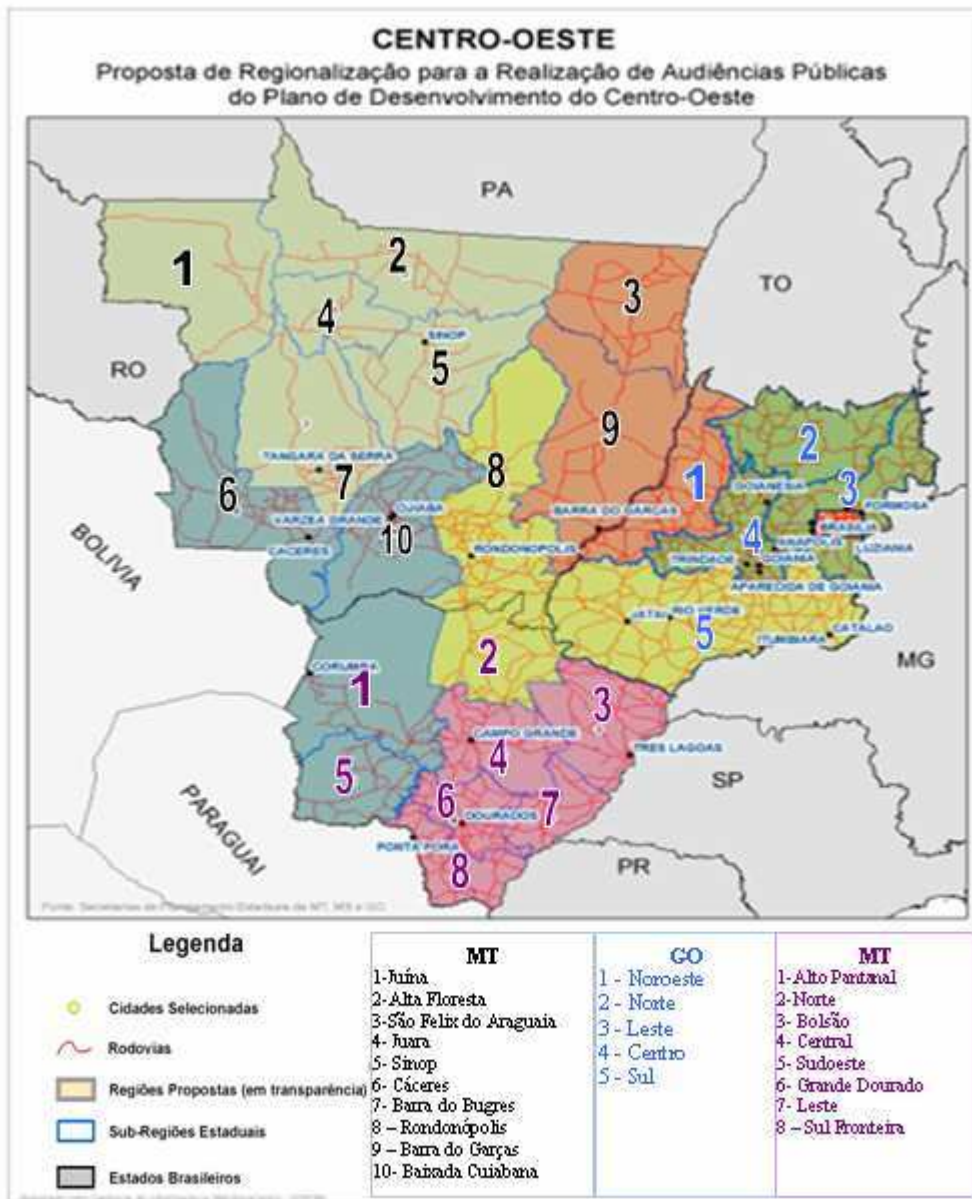
Os projetos de intervenção⁴ são compostos por planos que, por sua vez, descrevem os componentes dos projetos propostos e se ajustam a uma estratégia de desenvolvimento regional/local.

Do conjunto de informações geradas na consulta à sociedade e no trabalho técnico, são identificados os processos internos e externos que emperram ou dificultam o seu desenvolvimento em cada ‘território’ em que se insere a Instituição.

⁴ A elaboração de planos e projetos de intervenção podem ser subsidiados por meio de recursos oriundos de investimentos público-privado em parceria com programas e instituições, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO).

Figura Mapa 1 – Regionalização do Centro-Oeste para a Realização das Oficinas Territoriais

Estado de Goiás



2. CARACTERÍSTICAS GEOGRÁFICAS E O PROCESSO HISTÓRICO DA REGIÃO CENTRO-OESTE E DE GOIÁS

O Centro-Oeste, com uma área total de 1,61 milhão de Km² (18,9% do total do Brasil) e com uma população de 13 milhões em 2005 (6,9% do total da população do Brasil), a Região ainda tem uma baixa densidade demográfica (7,2 habitantes por quilômetro quadrado (a média nacional é de 19,8).

Por fim, a dinâmica econômica regional e em Goiás tem sido profundamente caracterizada pela rápida penetração da moderna agropecuária, altamente mecanizada e quimificada, articulada a partir de grandes e médias propriedades de terra, concentrada na produção de grãos e da pecuária de corte, com elevados níveis de produtividade que permitem ocupar um espaço crescente no agronegócio e nas exportações brasileiras. Todavia, a realidade social da Região, fortemente marcada por aspectos como desemprego/suemprego e marginalização social, contrasta com a acelerada expansão da economia. A conjugação da expansão do agronegócio/complexo agroindustriais⁵ e dos problemas sociais, por sua vez, tem concorrido de maneira importante para o processo de degradação ambiental.

2.1. Região Centro-Oeste e seus Ecossistemas

A Região Centro-Oeste é formada por três ecossistemas do Brasil: o bioma amazônico que ocupa parte do Mato Grosso como extensão da floresta tropical da Amazônia; o Cerrado, dominante na Região, em especial no Estado de Goiás, com propagação para parte do Nordeste ocidental; e o Pantanal, que avança na direção dos países fronteiriços, Bolívia e Paraguai. Dentre estes o Cerrado ocupa uma importância especial, pois se constitui na base do sistema hidrográfico do Brasil à medida em que nele nasce as três grandes bacias brasileiras e faz-se presente grandes áreas de recarga de grandes aquíferos subterrâneos⁶.

⁵ Faz-se necessário pensar esses complexos agroindustriais com aporte de nanotecnologia, bem como propor empresas de cunho incubadoras ou até mesmo vales de desenvolvimento ou zonas de desenvolvimento tecnológico otimizadas.

⁶ Há estudos que propõe modelos matemáticos de integração de Bacias de Drenagens Goianas, ou mesmo áreas de proteção ambiental gerando corredores ecológicos de reserva ambiental, a exemplo da tese de doutorado da Professora Maria do Socorro do IFG - Campus Inhumas.

FIGURA Mapa 2 – Biomas do Brasil



Fonte: IBAMA

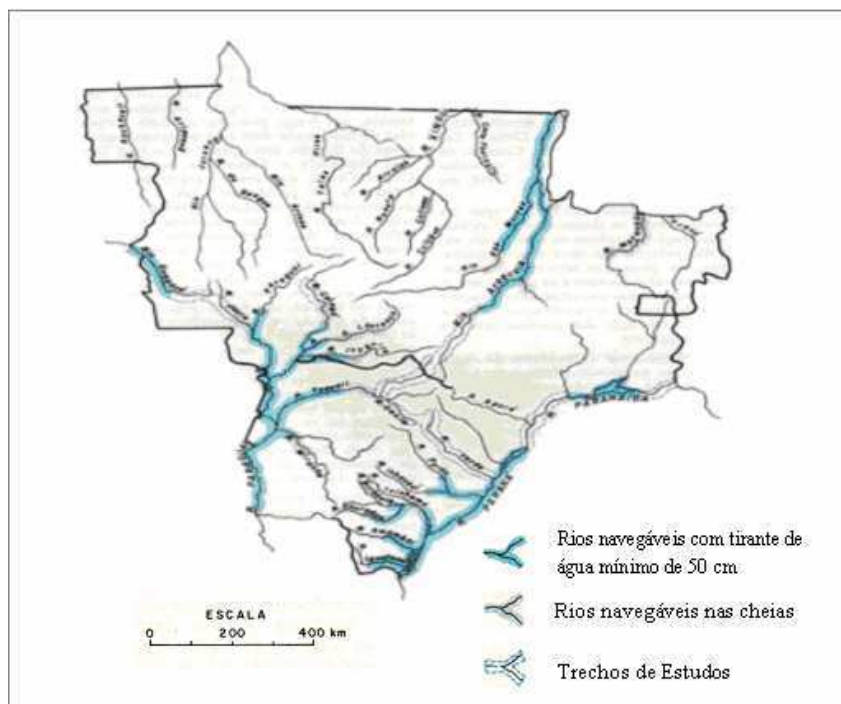
No Cerrado as árvores apresentam troncos tortos, cobertos por uma cortiça grossa e folhas grandes e rígidas. O resto de sua vegetação é tipicamente dominado por um sistema subterrâneo de plantas herbáceas capazes de armazenar água e nutrientes, o que facilita sua recuperação após as frequentes queimadas.

A vegetação apresenta grande variação na composição entre árvores e herbáceas. Há o chamado ‘campo limpo’, com vegetação onde predominam as gramíneas e não aparecem árvores e arbustos; o ‘cerrado fechado’ – ou ‘cerradão’ – que apresenta características mais florestais e as formas intermediárias, a exemplo do ‘campo sujo’, do ‘campo cerrado’ e do cerrado *stricto sensu*, de acordo com a densidade crescente de árvores na sua composição. Há, ainda, outros tipos de vegetação, a exemplo dos campos úmidos ou das veredas de buritis, onde o lençol freático é superficial. Nas altitudes maiores estendem-se as florestas mesófilas, com a ocorrência de solos mais férteis.

Os cerrados possui grande riqueza em biodiversidade e concorrem para o equilíbrio ecológico global por sua capacidade de absorção de carbono em decorrência da maior parte de sua biomassa ser subterrânea. Possui uma rica variedade de paisagem e uma diversidade de *habitats*, suporta enorme diversidade de espécies de vegetais e de animais, com a presença de cerca de um terço da biodiversidade brasileira. Estudos recentes apontam para a existência de aproximadamente 5 mil espécies de plantas vasculares e mais de 1.600 espécies de mamíferos, aves e répteis.

O Cerrado compõe a maior extensão do espaço regional e de Goiás, no qual ocorre uma forte e crescente presença antrópica por meio da expansão da agropecuária, principalmente grãos e gado, acompanhada do rápido aumento da população e formação de importantes centros urbanos regionais. Em que pese a gestão ambiental neste bioma ainda ser frágil, foram criadas algumas unidades de conservação para preservar parte da biodiversidade, a exemplo de parques e de estações ecológicas.

FIGURA Mapa 3 - Região Centro-Oeste - Rede Hidrográfica



Fonte: IBGE – Geografia do Brasil

2.2. Dados Históricos da Região Centro-Oeste e de Goiás

2.2.1. A Região Centro-Oeste

A formação econômica e social do Centro-Oeste⁷ e de Goiás tem início no período colonial e ampliou-se com a “Marcha para o Oeste”, a construção de Brasília e a abertura de vias de acesso. Ganhou velocidade e intensidade com a industrialização brasileira e os avanços tecnológicos que facilitaram a exploração da moderna agropecuária no ecossistema cerrado.

Durante o período colonial, quando os vínculos com a economia brasileira eram frágeis e a infra-estrutura muito limitada, a economia do Centro-Oeste e de Goiás caracterizava-se pela atividade extrativista integrada ao mercado mundial. A mineração como atividade econômica dominante e a pecuária e lavoura de subsistência como atividades econômicas complementares foram as atividades dominantes na região.

Esta realidade começa a mudar no último quartel do século XIX, quando, por meio do deslocamento de boiadas dirigidas para o Sudeste, a economia do Centro-Oeste e de Goiás se articularam principalmente, à economia cafeeira paulista em expansão. A implementação dos primeiros trechos de ferrovia ligando o Centro-Oeste às áreas mais dinâmicas do Sudeste, no início do século XX, concorreu decisivamente para a articulação em curso.

Assim, nas primeiras décadas do século XX abriu-se uma nova fase na formação econômica e social do Centro-Oeste e de Goiás, aprofundando o processo de articulação com a economia cafeeira concentrada em São Paulo, bem como desencadeia na região um avanço da pecuária na direção dos Estados do Mato Grosso do Sul, do Triângulo Mineiro e de Goiás.

Na era Vargas, o ciclo de expansão e integração do Centro-Oeste e de Goiás ampliou-se por meio da “Marcha para o Oeste”, tendo em vista implementar políticas de colonização com o objetivo de consolidar novas áreas agrícolas na região.

A “Marcha para o Oeste” ganhou novo impulso com a construção de Brasília e a abertura de rodovias previstas e realizadas no âmbito do Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, com efetiva reorganização do território nacional e a integração produtiva do mercado brasileiro. A rede viária construída a partir de Brasília facilitou a expansão da produção agrícola no Cerrado e preparou a integração do Centro-Oeste ao mercado nacional e

⁷ Pensa-se na Marcha para o Oeste do século XXI- involução tecnológica, ou seja, transformar os produtos do agronegócio goiano em commodities com o intuito de agregar um maior nível de ciência e tecnologia aos produtos finais e a reboque nesse processo melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores.

internacional liderado pelo Sudeste. As correntes de povoamento regional e de Goiás, em curso desde o final do século XIX, foram fortalecidas pelo advento das transformações.

A incorporação do Centro-Oeste e de Goiás à economia brasileira é reforçada, no final dos anos 1960 e dos anos 1970, pela estratégia do governo militar de ocupação da Amazônia e do Planalto Central. Neste contexto, ocorreu investimentos em infra-estrutura, integração do Centro-Oeste e de Goiás aos núcleos dinâmicos e modernos da economia brasileira e abertura de novas rotas de penetração demográfica.

Nos anos 1970 foram criadas as condições para um novo ciclo de crescimento econômico e modernização da economia do Centro-Oeste e de Goiás, que se acelera nas últimas três décadas, ao combinar integração físico-territorial e comercial e instalação de agroindústrias.

2.2.2. O Estado de Goiás

A colonização efetiva em Goiás teve início com a descoberta do ouro. Às descobertas iniciais nas porções sulinas de Goiás, foram-se sucedendo outras, ocorrendo penetrações rumo ao Tocantins.

Entre 1727 e 1732, surgiram diversas arraiais em consequência das exportações auríferas ou da localização na rota de Minas de Goiás. Na década de 1740, a porção mais povoada de Goiás era o Sul. Mas ocorreu também a expansão para a região setentrional de Goiás por meio da criação de diversos arraiais. De uma forma geral os núcleos de povoamento representados pelos arraiais foram concentrações isoladas, cercadas por vastas porções desérticas sob o aspecto humano.

O ouro promoveu a fixação do homem no território goiano e o lançamento das bases da colonização portuguesa no Centro-Oeste, integrado, a partir de então, na economia escravista mercantil da colônia. A região passou a funcionar como área fornecedora de metais preciosos à Metrópole.

A partir da segunda metade do século XVIII, Portugal teve início o decréscimo da produtividade e do volume médio da produção das minas do Brasil. A partir de 1778, a produção brutal das minas de Goiás começou a declinar progressivamente, em consequência da escassez dos metais das minas conhecidas, da ausência de novas descobertas e do decréscimo progressivo do rendimento por escravos.

Um novo tipo de povoamento se estabeleceu a partir do final do século XVIII, sobretudo no Sul da capitania, onde campos de pastagens naturais se transformaram em

centros de criatórios. A descoberta de novas jazidas auríferas não impediu declínio da mineração.

No Sul e no Norte de Goiás, no início do século XIX, a mineração era de pequena monta. O respaldo econômico do novo surto de povoamento foi representado pela pecuária, estabelecida mediante duas grandes vias de penetração. A do Nordeste, representada por criadores e rebanhos nordestinos, que pelo São Francisco se espalharam pelo Oeste da Bahia, penetrando nas zonas adjacentes de Goiás. A de São Paulo e Minas Gerais, que por meio dos antigos caminhos da mineração, penetrou no território goiano, estabilizando-se no Sudoeste da capitania.

A pecuária desenvolvida na época, não propiciavam a criação de núcleos urbanos expressivos. A economia e a sociedade tenderam para uma ruralização. No início do século XIX, os núcleos urbanos eram pobres e em número reduzido, destacando-se apenas as povoações de Meia Ponte e Vila Boa de Goiás, sendo esta última a sede do governo.

Em 1896, a Estrada de Ferro Mogiana chegou até Araguari (MG). Em 1909, os trilhos da Paulista atingiram Barretos (SP). Em 1913, Goiás foi ligado a Minas Gerais pelo Estrada de Ferro Goiás e pela Rede Mineira de Viação. Inaugurava-se um novo processo de desenvolvimento de Goiás.

As ferrovias facilitaram o acesso dos produtos goianos aos mercados do litoral: e possibilitou a ocupação de vastas áreas da região meridional de Goiás, com a efetiva ocupação agrícola de parte do território goiano.

Em 1940, o governo Vargas definiu o sentido da interiorização com a política federal denominada “Marcha para o Oeste”. Com parte desta política ocorreu a construção de Goiânia o momento inaugural do primeiro ciclo de expansão do Oeste.

No segundo Governo Vargas, o centro da política econômica passou a ser a modernização do Centro-Sul, com a tentativa de criação de indústrias de base sob a égide do Estado. A “Marcha para o Oeste”, núcleo da primeira gestão, perdeu a sua razão de ser.

A partir de meados dos anos de 1950, ocorreu uma retomada da “Marcha para o Oeste”. O governo estadual do período de 1954 a 1960 esteve integrado a essa política, patrocinando a construção de estradas em várias regiões do Estado de Goiás.

3. Aspectos Dinâmicos da Atual Economia

O Estado de Goiás ocupa a nona posição no *ranking* econômico dos estados brasileiros como posição geográfica, riquezas minerais e amplos terrenos agricultáveis. Fatores como diversificação da produção, rede de infra-estrutura logística, força emergente da iniciativa privada e a grande disponibilidade de matérias-primas mineral, solos com clima e topografia própria à produção agropecuária e amplo potencial turístico asseguram a Goiás um forte impulso econômico.

Diante disso, deve-se aproveitar a posição geográfica privilegiada do Estado de Goiás - uma espécie de “território mediterrâneo”. Portanto, Goiás é um portal brasileiro regional, porta de entrada e saída para as regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

3.1. Agroindústria

A partir dos anos 1970, teve início no estado de Goiás um processo de modernização, com intensa mecanização e aplicação de tecnologia nas atividades agropecuárias. A partir da segunda metade dos anos 1980 ocorreu um processo de “agroindustrialização” muito intensa focado, principalmente, em dois complexos: Grãos e Carnes.

O complexo de Grãos apoia-se na produção agrícola e no processamento de grãos, principalmente da *soja* e do *milho*, mas também, *do girassol* e de outros *grãos* e *oleaginosos*. O Estado de Goiás é atualmente o terceiro estado no país em processamento de óleos vegetais no Brasil e o segundo em enlatamento de óleo. O complexo de carnes, apoiado no terceiro maior rebanho bovino no Brasil possui um avançado processamento da carne *bovina* (desde cortes especiais até o processamento para industrialização). Mais recentemente, os segmentos da *avicultura* e da *suinocultura* têm experimentado um ritmo intenso de crescimento, relacionado, mais uma vez, à própria capacidade do complexo de grãos, que dispendo de milho e soja barata, tem atraído o deslocamento desses segmentos do Sul para o Centro-Oeste, especialmente Goiás.

Sabe-se que de cada cultivo gera uma rede de sub-produtos. A título de ilustração lembremos que a partir do milho no mundo ou em países de desenvolvimento capitalista central criam-se uma rede de novos produtos tais como: frango, porco, etanol, chicletes, fitas adesivas etc. A indústria de alimentos pode alavancar uma prospecção de novidades ou até mesmo de novos conhecimentos ou tecnologias/complexos de inovação tecnológica.

O outro complexo agroindustrial bastante significativo no Estado de Goiás é o de atomatados. Até o final dos anos 1980, o Estado não produzia o tomate industrial, sendo

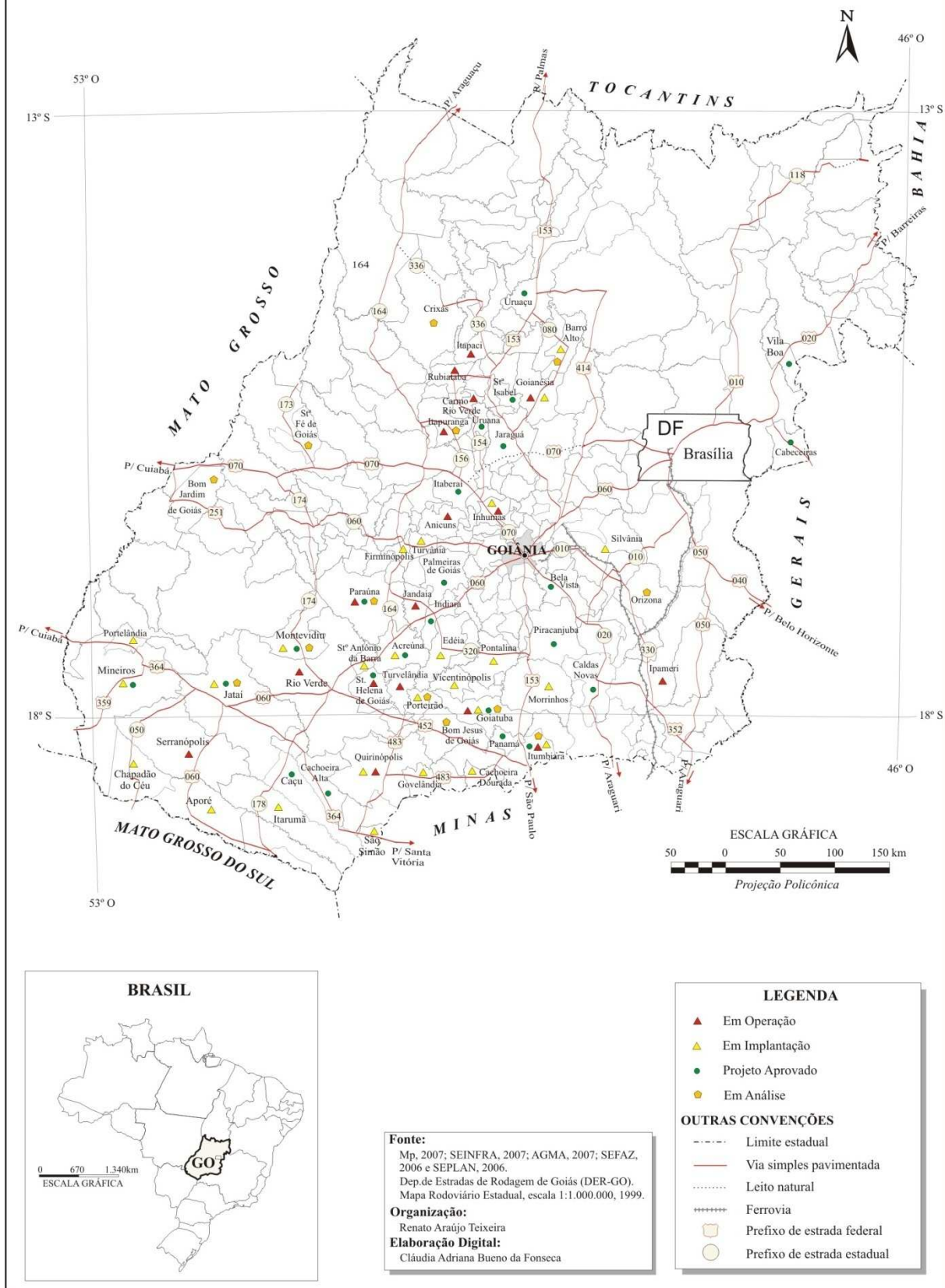
atualmente o primeiro produtor de tomates industriais do Brasil e processando mais de 50% do atomatado do País. Acompanhando a evolução dos atomatados, vem se desenvolvendo toda agroindústria ligada ao processo de vegetais (ervilha, milho, milho doce etc.), dada a uma base comum de agricultura irrigada.

O complexo sucroalcooleiro também está expandindo no Estado de Goiás. O álcoolduto em construção pela Petrobrás irá permitir um escoamento diretamente do Município de Senador Canedo até Paulínea e de lá do porto São Sebastião, em São Paulo.

É necessário tornar a produção de açúcar e álcool em Goiás diferenciada. Por exemplo, deve-se buscar na pesquisa em nanotecnologia e em química a produção de produtos biodegradável, a exemplo do plástico de vida curta, ou seja, nortear-se pela perspectiva de uma produção limpa. Assim, será possível mais tecnologia menos poluição e menor impacto na natureza.

Atualmente, o Estado de Goiás apresenta 15 usinas em funcionamento e 37 projetos de implantação (em andamento ou não). Estudos de viabilidade desta atividade no Estado aponta a possibilidade de instalação de 160 novas usinas nos próximos 10 anos. Como mostra o mapa abaixo.

FIG. XX - DISTRIBUIÇÃO DAS USINAS NO ESTADO DE GOIÁS



3.2. Mineração

O Estado possui boa competitividade na mineração, sendo responsável atualmente por 3% da produção mineral do País. Detém a produção total de amianto; e 85,6% do níquel; 32,4% da rocha fosfática; 28,9% da vermiculita e 13,2% de ouro. Ocupa o segundo lugar na produção de nióbio e fósforo. O segmento de *fosfatos* vem passando por um processo de verticalização muito intensa, com uma cadeia completa e com um volume de investimentos bastante significativos.

O Estado de Goiás apresenta também grandes depósitos e jazidas minerais dos chamados minerais industriais, especialmente os utilizados na construção civil, como areia, argila e pedras ornamentais. Aliás, é importante pensar a mineração sob a égide dos multimodais (logística de transporte): ferrovia, rodovia e hidrovia.

3.3. O Polo Farmoquímico

Goiás abriga um dos polos farmacêuticos⁸ mais importantes do país estabelecido fundamentalmente no *Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA)*. Este pólo movimentou investimentos vultosos realizados pela iniciativa privada e grande número de empregos (7 mil diretos e 30 mil indiretos).

Ressalta-se também que o polo farmacêutico caracteriza-se como indústria “maquiladora”, isto é, que importa bens de capitais, insumos industriais e “protocolos” dos medicamentos, se beneficiando da grande oferta de mão-de-obra barata e incentivos fiscais e creditícios. Todavia, é impossível que ele venha a se desenvolver a partir de fatores de produção desenvolvidos no próprio país. É possível, ainda, que indústrias correlatas também venham se instalar no DAIA, se beneficiando da logística, da infraestrutura e das políticas institucionais.

3.4. Turismo

Goiás possui grandes potenciais turísticos: cidades históricas; águas quentes; lugares místicos; cachoeiras; reservas ecológicas; Rio Araguaia; lagos; sítios arqueológicos e cavernas e grutas. Este potencial permitiu transformar a atividade turística em uma das mais importantes atividades econômicas do Estado de Goiás. Entretanto, o turismo em Goiás privilegia poucos lugares, ou mesmo seleciona espaços já otimizados, tais como: Cidade de Goiás, Rio Quente, Caldas Novas e Pirenópolis. Enfim, não há ainda um corredor do turismo

⁸ Faz-se necessário criar a linha “o cheiro do cerrado” na indústria de perfume e cosméticos, haja vista que esse segmento é pouco explorado tanto pela mídia quanto pelos órgãos públicos e privados.

em Goiás. Diante desse quadro é preciso descentralizar o turismo na Região Centro-Oeste e no Brasil. Cabe lembrar que o turismo é o setor da economia que mais gera renda no mundo atualmente.

O IFG pode compartilhar com órgãos e instituições competentes o levantamento dos potenciais turísticos nas suas respectivas áreas de influência institucional.

3.5. A Ferrovia Norte-Sul

A Ferrovia Norte-Sul foi concebida para se tornar um eixo de integração das regiões Norte e Sul do País, interiorizando o processo de desenvolvimento e reduzindo os desequilíbrios regionais.

A Ferrovia terá mais de 1.600 quilômetros de extensão, desde Senador Canedo até o porto de Itaqui, no Maranhão. Ela tenderá atrair investimentos agropecuários, agroindustriais, bem como de extração mineral em todas as regiões por onde vai passar. Soma-se a isso a redução significativa do custo de transporte, conferindo maior competitividade aos produtos regionais. Como mostra a imagem abaixo.



Fonte: SEPLAN.

3.6. O Porto Seco

A instalação da Estação Aduaneira Interior (ou Porto Seco) no DAIA agilizou e reduziu custos do processo de exportação de mercadorias e bens produzidos em Goiás e em toda a região Centro-Norte do País, bem como a importação de produtos para distribuição nessas áreas. Trata-se de um instrumento voltado para a consolidação das operações comerciais internacionais.

Dentre seus objetivos principais destacam-se agilizar processos burocrático-institucionais e armazenar e movimentar mercadorias nacionais e estrangeiras em terminal alfandegado. São operações que podem reduzir em até 30% os custos de importação e exportação. Como mostra a figura abaixo abaixo.



Fonte: SEPLAN.

3.7. O Ramal do Gasoduto

O gasoduto Brasil-bolívia possui atualmente 1.968 quilômetros. Quando for estendido até o Rio Grande do Sul terá 3.150 quilômetros.

Como fonte energética mais econômica – menor poluente - podendo ser utilizada como combustível em automóveis e ônibus, nas indústrias e na geração de energia elétrica - o gás natural chegará no Estado de Goiás por meio da construção de um ramal do Gasoduto. Este fato tenderá a impulsionar todas as atividades econômicas em função da redução de custos de produção. Como mostram as figuras abaixo.



Fonte: SEPLAN.



Fonte: www.sefaz.ms.gov.br

Os municípios de Anápolis, de Senador Canedo e de Aparecida de Goiânia são zonas estratégicas de distribuição de produtos, isto é “nó” da rede que movimenta pessoas, mercadorias e informações.

4. Caracterização Panorâmica do Estado de Goiás por Mesorregiões

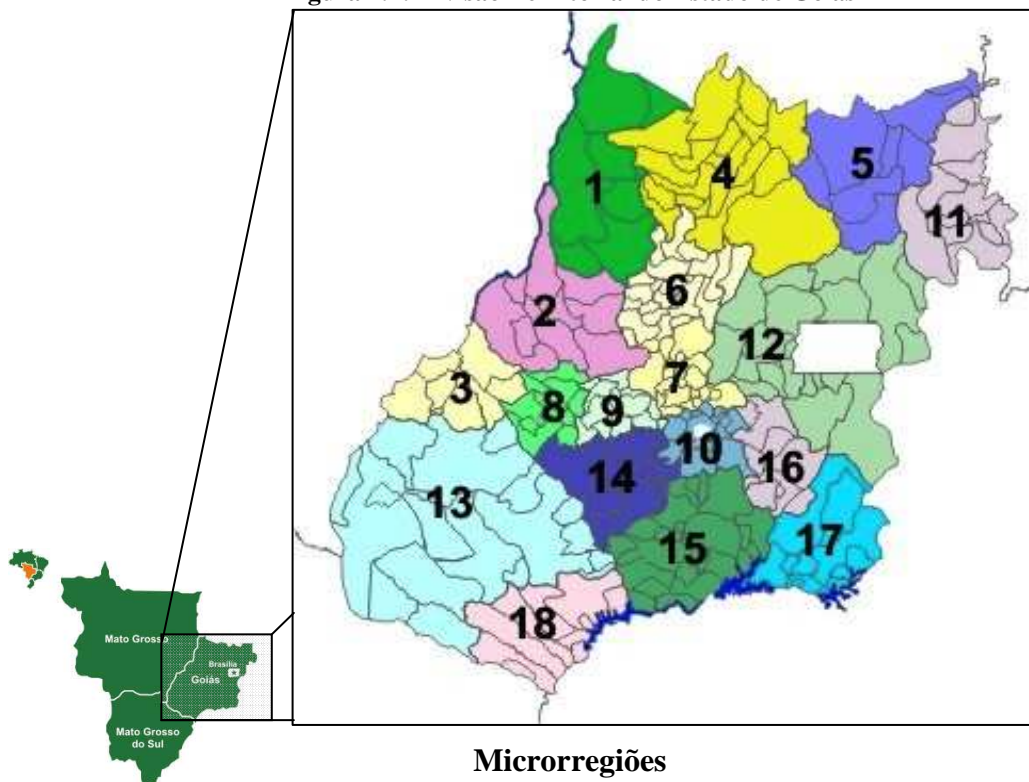
4.1. Aspectos Regionais

O Estado de Goiás está localizado na Região Centro-Oeste do país, possui uma área de 340.086,698 km² e limita-se com os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Bahia e Tocantins.

Goiás é composto por 246 municípios⁹ e, conforme o Mapa 1 está dividido em 5 (cinco) mesorregiões e em 18 (dezoito) microrregiões, a saber: Mesorregião Leste Goiano, que compreende 32 municípios, é composta pela Microrregião Entorno de Brasília e pela Microrregião Vão do Paranã; Mesorregião Centro Goiano, que compreende 82 municípios, é composta pela Microrregião Anápolis, pela Microrregião Goiânia, pela Microrregião Anicuns, pela Microrregião Ceres e pela Microrregião Iporá; Mesorregião Sul Goiano, que compreende 82 municípios, é composta pela Microrregião Sudoeste de Goiás, pela Microrregião Vale do Rio dos Bois, pela Microrregião Pires do Rio, pela Microrregião Meia Ponte, pela Microrregião Catalão e pela Microrregião Quirinópolis; Mesorregião Noroeste Goiano, que compreende 23 municípios, é composta pela Microrregião São Miguel do Araguaia, pela Microrregião Rio Vermelho e pela Microrregião Aragarças; e Mesorregião Norte Goiano, que compreende 27 municípios, é composta pela Microrregião Porangatu e pela Microrregião Chapada dos Veadeiros.

⁹ Dos 246 municípios goianos citados, talvez apenas 50 consigam competir efetivamente com outros estados brasileiros de vanguarda: SP, MG e RJ.

Figura 4.1: Divisão Territorial do Estado de Goiás



Microrregiões

- | | |
|----------------------------|---------------------------|
| 1 - São Miguel do Araguaia | 10 - Goiânia |
| 2 - Rio Vermelho | 11 - Vão do Paranã |
| 3 - Aragarças | 12 - Entorno de Brasília |
| 4 - Porangatu | 13 - Sudoeste de Goiás |
| 5 - Chapada dos Veadeiros | 14 - Vale do Rio dos Bois |
| 6 - Ceres | 15 - Meia Ponte |
| 7 - Anápolis | 16 - Pires do Rio |
| 8 - Iporá | 17 - Catalão |
| 9 - Anicuns | 18 - Quirinópolis |

4.2. Aspectos Demográficos

Goiás possui 52,45% da população da Região Centro-Oeste. Segundo dados da SEPLAN/Goiás, em 2000, o Estado possuía uma população de 5.003.228 habitantes, em 2007 alcançou 5.647.035, apresentando um crescimento de 12,8%.

A Mesorregião Centro Goiano é a que possui o maior número de habitantes, com 50,68% da população do Estado, em 2000, alcançando 51,8% da população do Estado, em 2007, totalizando uma população de 2.924.950, em 2007, obtendo um saldo demográfico de 389.337, o que corresponde a um crescimento de 15,35% entre os referidos anos. Sua demografia é superior à do Estado do Mato Grosso (2.854.642) e à do Estado do Mato Grosso do Sul (2.265.274).

A Mesorregião Sul Goiano é a segunda mais populosa do Estado. Em 2000, alcançou 21,51% da população do Estado e, em 2007, a sua participação regrediu para 20,58%. A sua população cresceu 9,75% entre 2000 (1.058.208 habitantes) e 2007 (1.161.428 habitantes), com um saldo de 103.220 habitantes.

A Mesorregião Leste Goiano, com uma representatividade demográfica em relação ao Estado de 18,13%, em 2000 e 18,83%, em 2007, foi a que obteve maior crescimento populacional entre estes anos (17,18%). Com 907.168 habitantes em 2000, totalizou uma população de 1.063.068, em 2007, com um aumento de 155.900 habitantes, entre 2000 e 2007.

A Mesorregião Norte Goiano e a Mesorregião Noroeste Goiano conviveram com redução do número de habitantes entre os anos de 2000 e 2007. Redução de, respectivamente, 1.460 (decréscimo de 0,52%) e 3.190 (decréscimo de 1,45%), conforme podemos observar por meio da Tabela 1. Um fator que concorre para esse processo é a imigração da população, principalmente jovem, à procura de emprego e de ensino nas mesorregiões mais desenvolvidas socioeconômica e culturalmente, como é o caso da Mesorregião Centro Goiano, onde está localizada a região metropolitana de Goiânia, da Mesorregião Sul Goiano, onde estão as atividades agropecuárias e os complexos agroindustriais mais desenvolvidos do Estado de Goiás, e a mesorregião Leste Goiano, em que se encontra a Microrregião Entorno de Brasília (e o próprio Distrito Federal).

A representatividade demográfica da Mesorregião Norte Goiano e da Mesorregião Noroeste Goiano em relação ao Estado de Goiás, no ano 2000, foi de, respectivamente, 5,65% e 4,39% e, em 2007, a representatividade regrediu para 4,98% e 3,83%.

Tabela 1: Demografia das Mesorregiões do Estado de Goiás: 2000 e 2007

Mesorregiões de Goiás	2000	2007	Saldo
Centro Goiano	2.535.613	2.924.950	389.337
Leste Goiano	907.168	1.063.068	155.900
Sul Goiano	1.058.208	1.161.428	103.220
Norte Goiano	282.521	281.061	-1.460
Noroeste Goiano	219.718	216.528	-3.190
Total (Goiás)	5.003.228	5.647.035	643.807

Fonte: SEPLAN/SEPIN (2008)

Em resumo, as disparidades entre as mesorregiões do Estado de Goiás decorrem dos investimentos públicos e privados privilegiarem territórios em que os ‘sistemas de objetos’ (viadutos, rodovias, praças etc.) são mais otimizados, permitindo maior fluidez da produção e de distribuição de pessoas e informações. Um grande problema das políticas públicas é o privilégio na construção dos ‘sistemas de objetos’ em algumas mesorregiões, deixando ao acaso ou na lógica do auto-ajuste, sob a égide dos ‘sistemas de ações’, as demais mesorregiões “não tão desenvolvidas”.

Outro aspecto não menos importante é que os ‘sistemas de objetos’ teriam usos otimizados e seriam preservados quando articulados à educação para a cidadania. Uma praça poderia durar 10 anos sem uma reforma se as ações não focassem apenas no estético/físico e sim um todo complexo articulado a partir da cidadania ou práxis social solidária e ativa.

4.3. Aspectos Sociais

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Goiás, que expressa indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (Produto Interno Bruto *per capita*), apresentou um desempenho médio* entre 1991 e 2000, evoluindo de 0.700 para 0.776 no período.

O PIB *per capita* do Estado de Goiás no ano 2000 foi R\$ 4.276, aumentando consideravelmente para R\$ 8.992 no ano de 2005. Como é sabido, o PIB *per capita* representa indicadores econômicos agregados (produto, renda e despesa) que expressam o

* Segundo a SEPLAN, o IDH pode ser classificado como elevado (superior a 0.800), médio (entre 0.500 e 7.99) e baixo (inferior a 0.500).

perfil da distribuição de renda e, conseqüentemente, tende a refletir na qualidade de vida da população.

No que diz respeito à educação, segundo dados da SEPLAN/SEPIN, de 2005 a 2006 o Estado de Goiás conviveu com uma redução do número de alunos, que passou de 1.617.125 para 1.595.722. Todavia, também ocorreu um aumento de 3.7% referente ao número de alunos do Ensino Médio/Normal e um crescimento de cerca de 3% referente ao número de alunos do Ensino Fundamental. Ocorreu, ainda, um aumento do número de alunos de Nível Profissional (Nível Técnico) de 10.281, em 2005, para 11.835, em 2006, conforme Tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Análise Educacional do Estado de Goiás 2005 e 2006

Análise Educacional	2005	2006
Escolas em atividade	4.643	4.591
Salas de aula	34.662	34.710
Docentes	71.490	70.863
Alunos do ensino fundamental	1.029.132	1.032.596
Alunos do ensino médio/normal	270.352	280.747
Alunos do ensino especial	8.227	8.301
Alunos da educação de jovens e adultos	140.463	124.452
Alunos do ensino profissional (nível técnico)	10.281	11.835
Alunos da creche	30.307	34.899
Total de alunos	1.617.125	1.595.722

Fonte: SEPLAN/SEPIN (2008)

Os dados demonstram, ainda, a pequena presença do Ensino Profissional (Nível Técnico) no Estado de Goiás, que deve ser objeto de atenção especial do IFGoiás e do IFGoiano em termos de oferta em quantidade e qualidade necessárias, oferta esta que deve focar, além do Ensino Médio Integrado, a sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos na forma da Formação Inicial Continuada e de Ensino Médio – Modalidade EJA.

Cada *campi* do IFG deve procurar se inserir na localidade auxiliando no desenvolvimento e atenuando as disparidades regionais. Por isso, vislumbra-se incentivar grupos/núcleos de pesquisa e estudos em cada unidade a fim de aproveitar o “corpo intelectual” de cada unidade da Instituição.

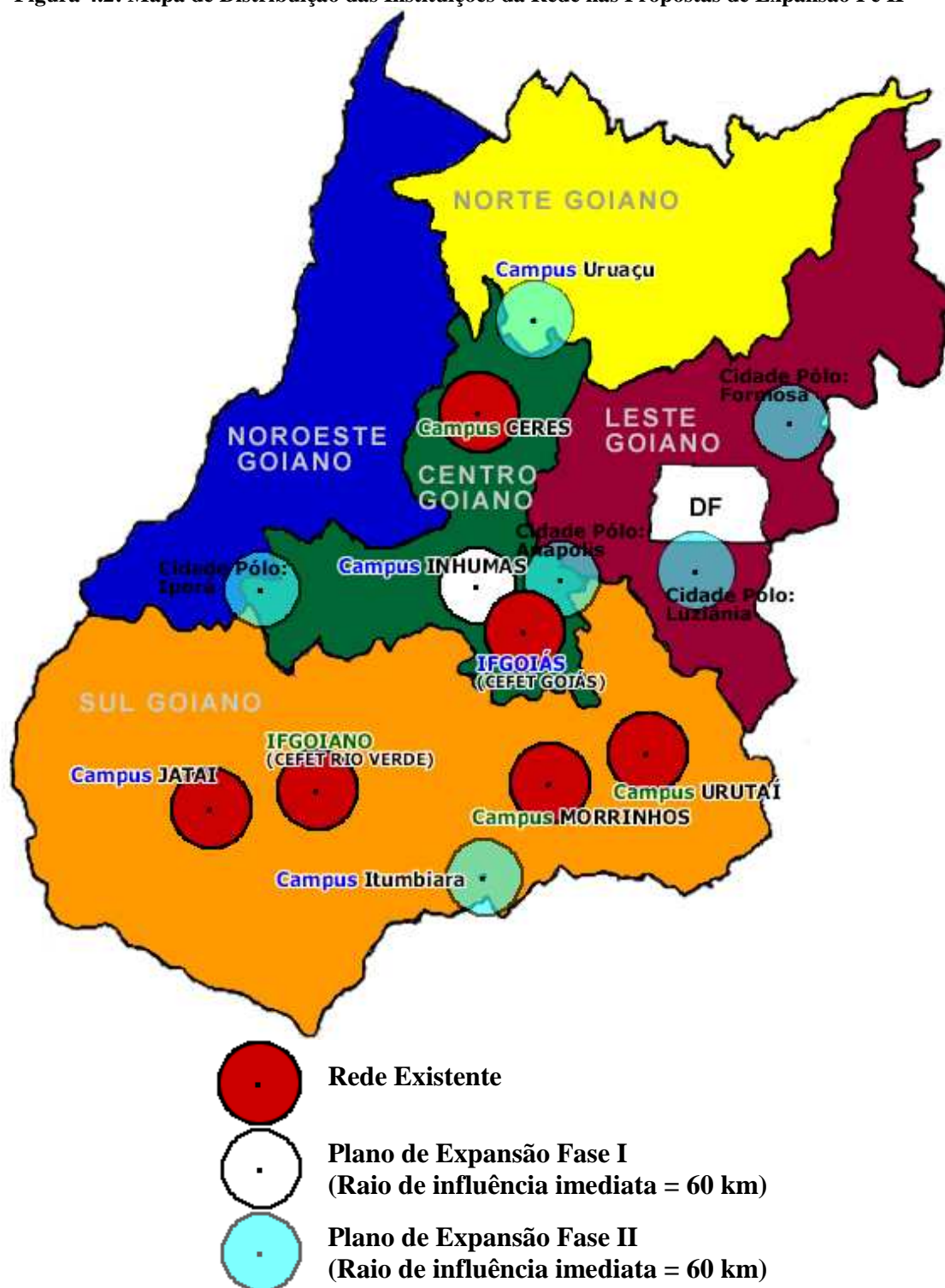
A Instituição pode concorrer para a criação de corredores do conhecimento interligados por meio dos seus diversos *campi*, no Estado de Goiás. Para tanto, é imprescindível que o corporativismo e competição entre campus dê lugar a uma postura colaborativa norteada por um projeto global de inserção da Instituição no desenvolvimento regional.

Os dados demonstram que a maior parte absoluta dos alunos do Ensino Fundamental não dá sequência aos estudos no Ensino Médio/Normal. Aproximadamente 30% dos alunos do Ensino Fundamental prosseguem os estudos no Ensino Médio/Normal, o que evidencia a pouca presença da continuidade normal dos estudos na população jovem. Outro aspecto relevante é a grande presença de estudantes na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, o que evidencia, entre outros aspectos, a não-continuidade dos estudos da população ainda jovem e o fenômeno da evasão escolar.

O Estado de Goiás possui 7 unidades de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, e contará com a implantação, até 2010, de 6 novas unidades de ensino, de acordo com a Fase II do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, distribuídas conforme a figura a seguir:

Portanto, o IFG deve se nortear pela formação sócio-construtivista do alunado, ou seja, indivíduos capazes de produzirem seus próprios conhecimentos, mudando a sua posição social e se transformando em cidadãos críticos-reflexivos. O ensino deve ser concebido como “células inovadoras” de cidadania e de qualificação profissional gerando seres conscientes do seu papel social no mundo.

Figura 4.2: Mapa de Distribuição das Instituições da Rede nas Propostas de Expansão I e II



4.4. Aspectos Econômicos

4.4.1. Evolução do Emprego nos Grandes Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões do Estado de Goiás

Conforme Gráfico 4.1 e Tabela 3, as atividades econômicas abrigadas no Grande Setor Terciário*, em 2005, foram as que tiveram maior peso no Estado de Goiás em termos de empregabilidade, com 691.593 trabalhadores formalmente empregados, principalmente no Setor de Serviços. Nas 5 (cinco) mesorregiões do Estado, este Grande Setor de atividade econômica predominou na oferta de empregos formais.

As atividades econômicas abrigadas no Grande Setor Secundário¹⁰, por sua vez, geraram 190.977 empregos formais, com um maior número de trabalhadores no Setor Industrial. O Grande Setor Secundário assumiu maior destaque nas mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano.

Finalmente, as atividades econômicas abrigadas no Grande Setor Primário geraram 62.357 empregos formais no Estado de Goiás, com maior destaque para a Mesorregião Sul Goiano.

A Mesorregião Centro Goiano empregou sob contrato formal de trabalho 638.850 trabalhadores, em 2005. Deste universo, 2,28% foram gerados pelo Grande Setor Primário (14.566 empregos formais). Estes empregos gerados pelo Grande Setor Primário representaram 23,36% dos empregos gerados pelo referido Grande Setor no conjunto do Estado de Goiás.

* Para melhor compreensão, subdividimos as atividades econômicas por Grandes Setores (Primário, Secundário e Terciário), por Setores (Indústria, Construção Civil, Serviços, Comércio e Agropecuária, Extrativo vegetal, caça e pesca), e por Subsetores (Extrativa mineral; Indústria de produtos minerais não metálicos; Indústria metalúrgica; Indústria mecânica; Indústria do material elétrico e de comunicações; Indústria do material de transporte; Indústria da madeira e do mobiliário; Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica; Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, Indústrias diversas; Indústria Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria; Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos; Indústria de calçados; Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico; Serviços industriais de utilidade pública; Construção civil; Comércio varejista; Comércio atacadista; Instituições de crédito, seguros e capitalização; Comércio e administração de imóveis, valores Mobiliários, Serviços técnicos; Transportes e comunicações; Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação; Serviços médicos, odontológicos e veterinários; Ensino; Administração pública direta e autárquica e Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal).

¹⁰ É necessário avaliar até que ponto é vantajoso para o Estado de Goiás a predominância do setor terciário como válvula empregatícia. É necessário também investigar qual o grau de integração dependente o Estado de Goiás continua mantendo com os Estados de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, em especial como estado abastecedor de grãos e carnes. Por fim, é necessário investigar a existência de dinâmicas autocentradas no próprio Estado de Goiás co-orientando as transformações em curso.

O Grande Setor Secundário gerou 130.832 empregos formais, em 2005. Estes empregos representaram 20,48% dos empregos formais gerados na Mesorregião. O Grande Setor Secundário na Mesorregião representou 68,51% dos empregos formais no conjunto do Grande Setor Secundário no Estado de Goiás.

O Grande Setor Terciário gerou 493.452 empregos formais na Mesorregião Centro Goiano, em 2005. Estes empregos corresponderam a 77,24% dos empregos gerados no conjunto das atividades econômicas da Mesorregião. O Setor de serviços foi o que assumiu maior destaque, gerando 378.995 empregos formais.

O Grande Setor Terciário na Mesorregião foi responsável por 71,35% dos empregos formais gerados pelo referido Grande Setor no conjunto do Estado de Goiás.

A Mesorregião do Sul Goiano gerou 185.835 empregos formais. O Grande Setor Primário foi o que obteve a maior representatividade, gerando 30.412 empregos formais. Esses empregos gerados nesta Mesorregião equivaleram a 48,77% dos empregos gerados no Grande Setor Primário do Estado de Goiás.

A participação do Grande Setor Primário na totalidade das atividades econômicas na Mesorregião Sul Goiano foi de 16,37%, com destaque para o Subsetor de agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal, caça e pesca.

O Grande Setor Secundário ofertou 40.817 empregos formais, em 2005, correspondendo a 21,96% das atividades econômicas presentes na Mesorregião. Este Grande Setor da Mesorregião Sul Goiano representou 21,37% dos empregos formais no conjunto das atividades econômicas no Estado de Goiás.

Já o Grande Setor Terciário empregou 114.606 trabalhadores sob contrato formal de trabalho, correspondendo a 61,67% dos empregos formais nas atividades econômicas presentes nesta Mesorregião. Este número de trabalhadores sob contrato formal de trabalho representou 16,57% dos mesmos no conjunto do Setor Terciário do Estado de Goiás.

Dos 70.439 empregos formais gerados na Mesorregião Leste Goiano, cerca de 12% corresponderam ao Grande Setor Primário, que gerou 8.907 empregos. Já em relação ao Estado de Goiás, a Mesorregião, no Grande Setor Primário, obteve uma participação de 14,28% dos empregos formais gerados neste Grande Setor.

O Grande Setor Secundário obteve uma representatividade de 12,85% da totalidade das atividades econômicas na Mesorregião Leste Goiano, ofertando 9.053

empregos formais. Os empregos formais gerados no Grande Setor Secundário, na Mesorregião Leste Goiano, representaram 4,74% do total dos empregos formais gerados neste Grande Setor no Estado de Goiás.

O Grande Setor Terciário empregou 52.479 trabalhadores. A sua participação em relação às outras atividades econômicas na Mesorregião Leste Goiano foi de 74,5%.

No conjunto dos empregos formais gerados no Grande Setor Terciário, a participação da Mesorregião Leste Goiano foi de 7,59% em relação às atividades deste Grande Setor no Estado de Goiás.

A Mesorregião Leste Goiano apresenta o Grande Setor Terciário hipertrofiado em relação aos demais grandes setores. Isto se deve à condição de municípios/cidades dormitórios para uma parcela significativa da população residente nos municípios da Microrregião Entorno de Brasília que se emprega no Distrito Federal. Assim, mesmo não ocorrendo um desenvolvimento virtuoso e equilibrado entre os três grandes setores, de forma a criar renda endogenamente, uma renda oriunda dos salários obtidos no Distrito Federal promove o grande crescimento do setor de comércio e, secundariamente, de serviços nesta Mesorregião.

A Mesorregião Norte Goiano totalizou 26.302 empregos formais, em 2005. O seu Grande Setor Primário empregou 2.533 trabalhadores sob contrato formal, o equivalente a 9,63% dos empregos gerados nesta Mesorregião. Este Grande Setor obteve uma participação de apenas 4,06% no conjunto dos empregos formais gerados no Grande Setor Primário no Estado de Goiás.

O Grande Setor Secundário empregou formalmente 5.517 trabalhadores, correspondendo a 20,98% dos empregos formais das atividades econômicas da Mesorregião. A sua participação no Grande Setor Secundário do Estado de Goiás foi de apenas 2,89%.

Assim como nas demais mesorregiões, o Grande Setor Terciário foi o que mais empregou na Mesorregião Norte Goiano (18.252 empregos formais), principalmente o seu Setor de Serviços. A participação deste Grande Setor no total das atividades econômicas na Mesorregião foi de 69,39%. Todavia, a participação do Grande Setor Terciário no conjunto deste Grande Setor no Estado foi de apenas 2,64%.

A Mesorregião Noroeste Goiano foi a que menos empregou trabalhadores sob contrato formal de trabalho, com 23.501 empregos em 2005. O Grande Setor Primário

gerou 5.939 contratos formais de trabalho, correspondendo a 25,27% do conjunto dos empregos formais gerados pela totalidade das atividades econômicas na Mesorregião.

Esses empregos gerados pelo Grande Setor Primário na Mesorregião Noroeste Goiano representaram 9,52% dos empregos gerados pelo referido Grande Setor no conjunto do Estado de Goiás.

O Grande Setor Secundário gerou 4.758 empregos formais, com uma participação de 20,25% do conjunto dos empregos formais gerados pela totalidade das atividades econômicas na Mesorregião. Com relação aos empregos gerados no referido Grande Setor no Estado de Goiás, a participação da Mesorregião neste Grande Setor foi de 2,49%.

Já o Grande Setor Terciário, embora tenha sido o que mais empregou na Mesorregião Noroeste Goiano, com 12.804 trabalhadores, sua participação no conjunto das atividades econômicas no referido Grande Setor no Estado de Goiás correspondeu a apenas 1,85%.

Quanto às Mesorregiões Noroeste Goiano e Norte Goiano, apresentam pequeno desempenho econômico e contratual. O desempenho relativamente elevado em termos de contrato formal de trabalho do Grande Setor Primário na Mesorregião Noroeste Goiano evidencia um processo de modernização das atividades agropecuárias em municípios e/ou microrregiões que a compõem. O desempenho relativamente elevado em termos de contrato formal de trabalho do Grande Setor Terciário na Mesorregião Norte Goiano evidencia a condição de centro de atividades comerciais e de serviços desta Mesorregião para populações do Sul do Estado de Tocantins e do Nordeste do Estado do Mato Grosso.

Os dados referentes ao número de contrato formal de trabalho por grandes setores de atividade econômica do Estado de Goiás proporcionam uma série de evidências. Primeiramente, a condição destacada da Mesorregião Centro Goiano como aquela que concentra a maior população, o maior estoque de empregos formais e o maior desenvolvimento econômico do Estado de Goiás. Ela impõe uma divisão interestadual do trabalho no Estado de Goiás, tendo-a como centro industrial e de serviços e transferindo para as demais mesorregiões a condição de centros agropecuários complementares às suas demandas. Esta divisão interestadual do trabalho comporta, todavia, um acentuado desenvolvimento de atividades agroindustriais e de agricultura moderna na Mesorregião Sul Goiano.

A mobilidade do emprego acompanha quase sempre alguma instalação de infraestrutura ('sistema de objetos'). Enfim, a sociedade torna-se refém das iniciativas governamentais e empresariais. É necessário planejamentos logísticos de médio a longo espaço de tempo. As regiões que possuem maior fluidez do território tendem a se tornar mais competitivas no contexto regional e nacional. A mesorregião Nordeste Goiano reflete um pouco esse contexto do movimento do capital especulativo que seleciona, em seu detrimento, os espaços da Mesorregião Centro Goiano e Sul Goiano, segundo a conveniência da lucratividade.

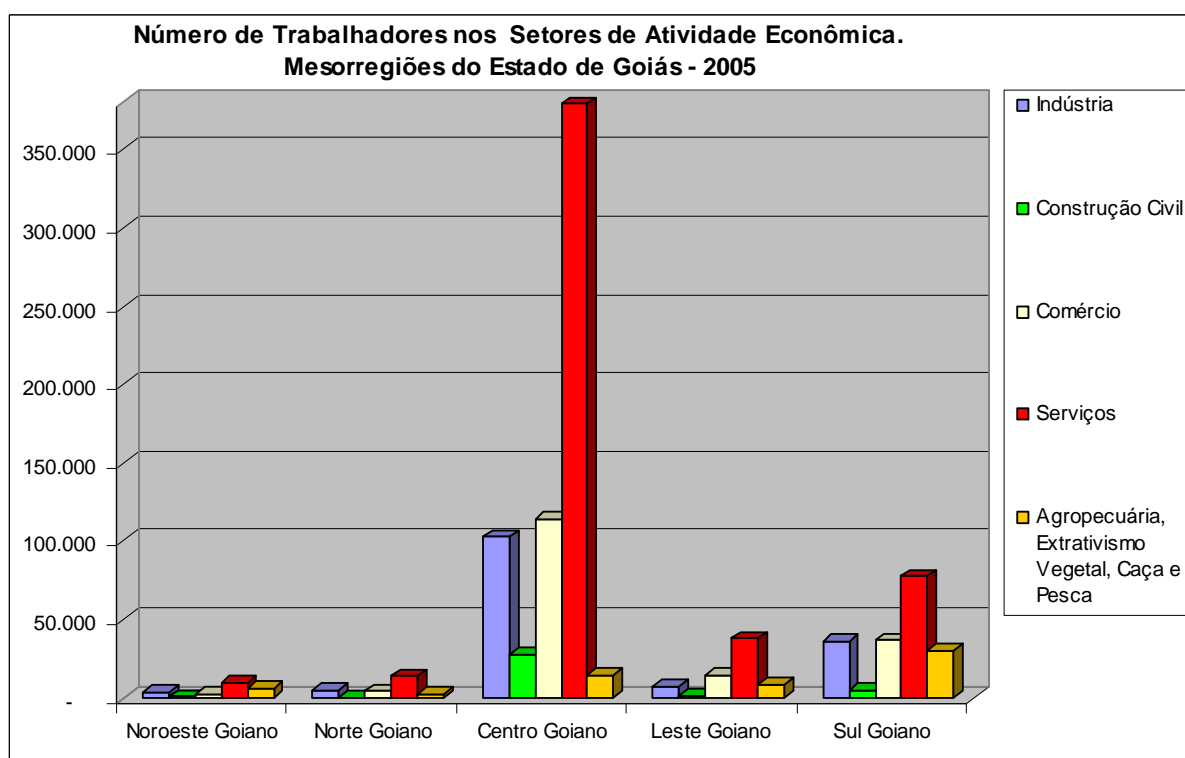


Gráfico 4.1: Número de Trabalhadores nos Setores de Atividade Econômica nas Mesorregiões do Estado de Goiás - 2005. Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008).

Tabela 3 - Estrutura Setorial do Emprego Formal, segundo os Grandes Setores de Atividade Econômica do IBGE e as Mesorregiões do Estado de Goiás (2005)

Meso	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária, Extr. Veget, Caça e Pesca	Total
Centro Goiano	102.871	27.961	114.457	378.995	14.566	638.850
Centro Goiano (%)	16,1%	4,4%	17,9%	59,3%	2,3%	100,0%
Sul Goiano	36.068	4.749	36.772	77.834	30.412	185.835
Sul Goiano (%)	19,4%	2,6%	19,8%	41,9%	16,4%	100,0%
Leste Goiano	7.492	1.561	14.417	38.062	8.907	70.439
Leste Goiano (%)	10,6%	2,2%	20,5%	54,0%	12,6%	100,0%
Norte Goiano	4.955	562	4.299	13.953	2.533	26.302
Norte Goiano (%)	18,8%	2,1%	16,3%	53,0%	9,6%	100,0%
Noroeste Goiano	3.965	793	2.750	10.054	5.939	23.501
Noroeste Goiano (%)	16,9%	3,4%	11,7%	42,8%	25,3%	100,0%
Estado de Goiás	155.351	35.626	172.695	518.898	62.357	944.927
Estado de Goiás (%)	16,4%	3,8%	18,3%	54,9%	6,6%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008)

4.4.2. Grau de Escolaridade dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho nas Mesorregiões do Estado de Goiás

O Gráfico 4.2 e a Tabela 4 ilustram a realidade do Estado no que se refere ao grau de escolaridade, em 2005. Dos 944.927 trabalhadores formalmente empregados em Goiás, 8.244 eram analfabetos; 261.295 possuíam o Ensino Fundamental Incompleto; 280.016 possuíam o Ensino Fundamental Completo; 287.380, o Ensino Médio Completo e apenas 107.992 concluíram o Ensino Superior. No conjunto do Estado de Goiás, a maior parte da população empregada formalmente cursou o Ensino Médio (30,41%) e o Ensino Fundamental (29,63%).

Os dados revelam, ainda, uma grande heterogeneidade na distribuição do grau de escolaridade entre as mesorregiões. Enquanto os melhores índices fazem-se presentes nas Mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano, os piores índices estão presentes nas Mesorregiões Noroeste Goiano e Norte Goiano.

Os dados estatísticos revelam que o grau de escolaridade entre as mesorregiões acompanha a lógica econômica e não social. Pois, a educação na Constituição Brasileira é *a priori* um direito universal, instrumento básico e necessário no desenvolvimento do país. O que mais preocupa atualmente é que ainda perdura a educação bancária em que o quantitativo de alunos é o “carro-chefe” que “reboca” todo esse processo. Os números,

frequentemente, são os indicadores mais práticos para os investimentos e não o potencial humano em algum lugar longínquo do território brasileiro.

Por fim, a análise dos dados deve incorporar uma grande atenção e cuidado. Representam a distribuição do grau de escolaridade dos trabalhadores contratados, o que pode mascarar a situação do grau de escolaridade das mesorregiões, visto que estes incorporam os trabalhadores que se encontram fora do mercado de trabalho formal.

Na Mesorregião Centro Goiano a maior parte dos trabalhadores possuía, em ordem decrescente, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Esta Mesorregião foi a que obteve o maior número de trabalhadores formalmente empregados com Ensino Superior Completo, e a segunda que obteve o maior número de trabalhadores analfabetos formalmente empregados. Todavia, isto não significa uma taxa de analfabetismo maior do que aquelas presentes nas demais mesorregiões, tendo em vista o número de habitantes da Mesorregião Centro Goiano, que é infinitamente superior.

Na Mesorregião Leste Goiano, em 2005, grande parte dos trabalhadores sob contrato formal possuía o Ensino Médio Completo. Esta Mesorregião apresentou 257 trabalhadores a mais que possuíam o Ensino Fundamental Incompleto quando comparado àqueles que possuíam o Ensino Fundamental Completo.

Estes dados mascaram a diferenciação econômica e educacional entre as microrregiões Entorno de Brasília e Vão do Paranã. Esta última, mais distante do Distrito Federal, não polariza investimentos econômicos e programas sociais, sendo profundamente marcada pela informalidade dos estabelecimentos econômicos e da arregimentação da força de trabalho. Os dados da Mesorregião Leste Goiano traduzem, praticamente *in totum*, os dados da Microrregião Entorno de Brasília.

Na Mesorregião Sul Goiano, em 2005, a maior parte dos trabalhadores formalmente empregados possuía apenas o Ensino Fundamental Incompleto, sendo seguida pelos que possuíam o Ensino Médio e o Ensino Fundamental Completo. Esta Mesorregião foi a que apresentou o maior número de trabalhadores analfabetos formalmente empregados. Isto se deve ao fato de esta Mesorregião ter atraído, a partir dos anos 1970, populações do agreste nordestino e da zona da mata como trabalhadores bóia-fria empregados no corte de cana-de-açúcar e na colheita de algodão.

Os trabalhadores sob contrato formal de trabalho nas Mesorregiões Norte Goiano e Noroeste Goiano possuíam o mesmo perfil de escolaridade. A maioria possuía, em ordem

decrecente, o Ensino Fundamental Incompleto, o Ensino Médio Completo e o Ensino Fundamental Completo. A presença de trabalhadores com Ensino Superior foi e é muito pouco expressiva nessas mesorregiões.

Finalmente, os dados revelam a importância que a Formação Inicial Continuada e o Ensino Médio – EJA podem assumir como modalidades de ensino para trabalhadores que não possuem o Ensino Fundamental Completo ou apenas o Ensino Fundamental, respectivamente.

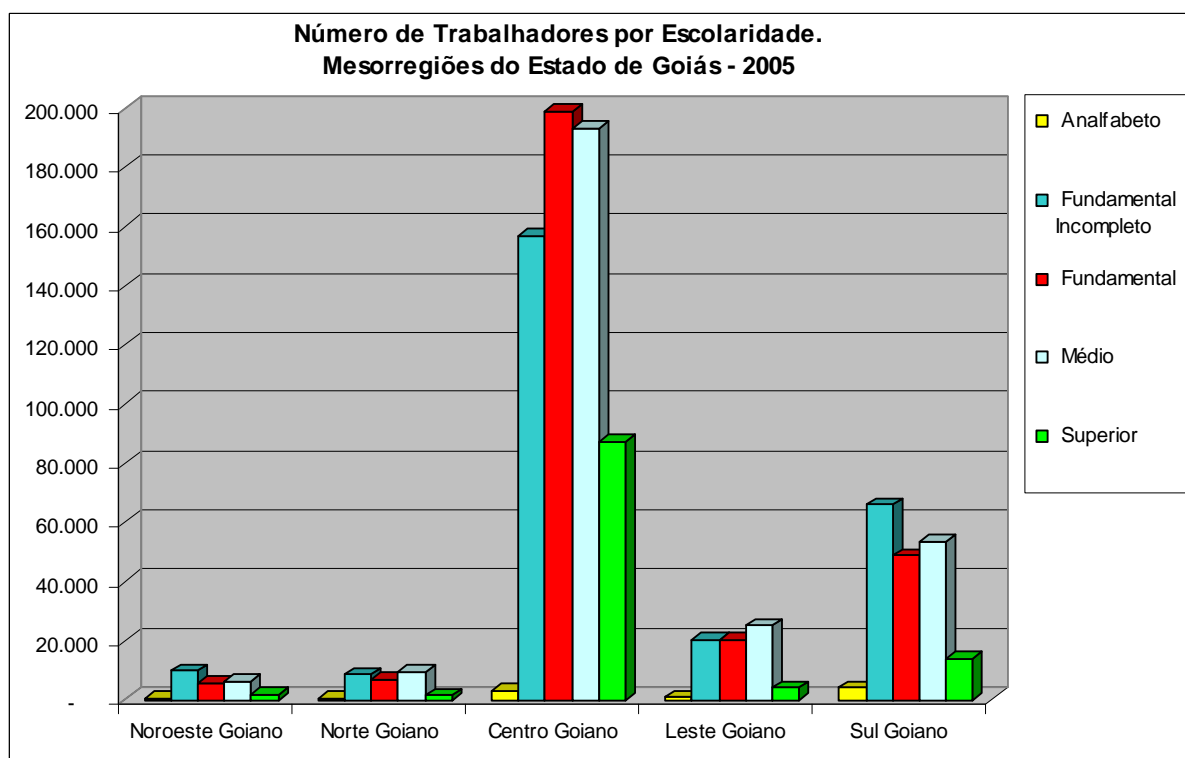


Gráfico 4.2: Número de Trabalhadores por Escolaridade, nas Mesorregiões do Estado de Goiás - 2005.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008).

Tabela 4 - Grau de Instrução do Pessoal Ocupado no Setor Formal, segundo as Mesorregiões do Estado de Goiás (2005)

Meso	Analfabeto	Fundamental Incompleto	Fundamental	Médio	Superior	Total
Centro Goiano	2.793	156.940	198.786	193.187	87.144	638.850
Centro Goiano (%)	0,4%	24,6%	31,1%	30,2%	13,6%	100,0%
Sul Goiano	3.996	65.945	48.624	53.563	13.707	185.835
Sul Goiano (%)	2,2%	35,5%	26,2%	28,8%	7,4%	100,0%
Leste Goiano	760	20.160	20.417	25.085	4.017	70.439
Leste Goiano (%)	1,1%	28,6%	29,0%	35,6%	5,7%	100,0%
Norte Goiano	275	8.509	6.701	9.315	1.502	26.302
Norte Goiano (%)	1,0%	32,4%	25,5%	35,4%	5,7%	100,0%
Noroeste Goiano	420	9.741	5.488	6.230	1.622	23.501
Noroeste Goiano (%)	1,8%	41,4%	23,4%	26,5%	6,9%	100,0%
Estado de Goiás	8.244	261.295	280.016	287.380	107.992	944.927
Estado de Goiás (%)	0,9%	27,7%	29,6%	30,4%	11,4%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008)

4.4.3. Faixa Salarial dos Trabalhadores Sob Contrato Formal de Trabalho, nas Mesorregiões do Estado de Goiás.

No que diz respeito à Faixa Salarial dos trabalhadores sob contrato formal de trabalho, em todas as mesorregiões prevalece o rendimento de 1 até 3 salários mínimos. Nas mesorregiões Noroeste Goiano e Norte Goiano esse predomínio é ainda mais absoluto. Todavia, os rendimentos acima de 3 salários mínimos possuem uma presença ínfima.

As remunerações que se encontram entre 3,01 e 5, entre 5,01 e 10 e acima de 10 salários mínimos basicamente assumem expressão nas Mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano, conforme pode ser observado no Gráfico 4.3 e na Tabela 5. Na Mesorregião Leste Goiano, os rendimentos que se encontram entre 1,01 e até 3 salários mínimos também possuem uma importância destacada.

As remunerações de até 1 salário mínimo, entre os trabalhadores sob contrato formal de trabalho, assumem uma importância relativa nas Mesorregiões Centro Goiano e Sul Goiano, que são as mesorregiões mais desenvolvidas do Estado de Goiás. Nas demais mesorregiões, embora esta faixa salarial não assumam uma importância junto aos trabalhadores sob contrato formal de trabalho, ela é amplamente predominante junto às formas não contratuais da sua arregimentação.

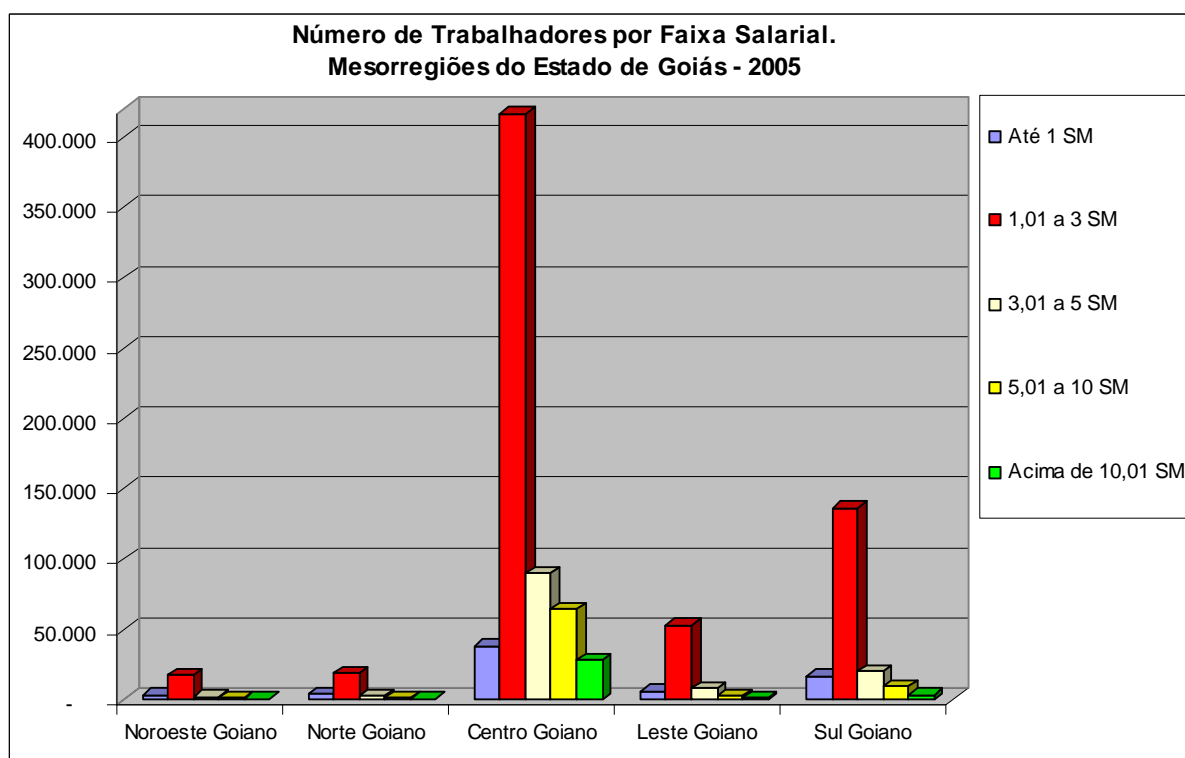


Gráfico 4.3: Número de Trabalhadores por Faixa Salarial nas Mesorregiões do Estado de Goiás - 2005.

Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008).

Tabela 5 - Faixa Salarial do Pessoal Ocupado no Setor Formal, segundo as Mesorregiões do Estado de Goiás (2005)

Meso	Até 1 SM	1,01 a 3 SM	3,01 a 5 SM	5,01 a 10 SM	Acima de 10 SM	Total
Centro Goiano	37.803	416.949	90.030	64.053	27.834	636.669
Centro Goiano (%)	5,9%	65,5%	14,1%	10,1%	4,4%	100,0%
Sul Goiano	16.508	136.161	19.663	9.209	3.490	185.031
Sul Goiano (%)	8,9%	73,6%	10,6%	5,0%	1,9%	100,0%
Leste Goiano	5.668	52.984	7.665	2.719	966	70.002
Leste Goiano (%)	8,1%	75,7%	10,9%	3,9%	1,4%	100,0%
Norte Goiano	3.564	18.300	2.514	1.361	488	26.227
Norte Goiano (%)	13,6%	69,8%	9,6%	5,2%	1,9%	100,0%
Noroeste Goiano	3.024	17.486	1.733	902	306	23.451
Noroeste Goiano (%)	12,9%	74,6%	7,4%	3,8%	1,3%	100,0%
Estado de Goiás	66.567	641.880	121.605	78.244	33.084	941.380
Estado de Goiás (%)	7,1%	68,2%	12,9%	8,3%	3,5%	100,0%

Fonte: Elaborado a partir dos dados da RAIS/MTE (2008)

5. Potencialidades e Estrangulamentos do Centro-Oeste e de Goiás

A atuação no desenvolvimento regional/local deve partir da identificação das **potencialidades e dos estrangulamentos** (ou problemas), presentes no plano local, municipal, microrregional ou mesorregional, frente aos quais se buscará atuar.

5.1. As Principais Potencialidades

As principais **potencialidades** expressam as **características internas** da região, que permitam um desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo socialmente. Foram identificadas as seguintes potencialidades da Região Centro-Oeste e do Estado de Goiás.

5.1.1. Recursos Naturais Abundantes e Grande Biodiversidade

O Centro-Oeste tem um grande acervo de recursos naturais, com destaque para as florestas, bacias hidrográficas, áreas de solos de qualidade, elevada diversidade biológica e grandes belezas cênicas. Tais recursos, todavia, tem sido aproveitados com técnicas e processos não, ou pouco sustentáveis. Dentre as atividades econômicas que adotam técnicas e processos não, ou pouco sustentáveis destaca-se: a agropecuária e a exploração madeireira. Dentre as atividades que adotam e/ou podem adotar técnicas e processos sustentáveis, destaca-se: o turismo, a fruticultura tropical, os diversos produtos da natureza, a indústria de fármacos, cosméticos, essências e óleos.

O Centro-Oeste possui 73,7 mil quilômetros quadrados de solo com boas reservas de elementos nutritivos, com fertilidade alta, com favoráveis características físicas para o desenvolvimento das plantas e sem restrições topográficas; possui 6,3 mil quilômetros quadrados de solos com fertilidade natural média, com superfícies de topografia plana, suave e ondulada; e possui 14,1 mil quilômetros quadrados com solos de fertilidade natural médias e alta topografia favorável às práticas de mecanização.

O Centro-Oeste e o Estado de Goiás possuem uma rica variedade de paisagem e diversidade de *habitats*, principalmente no Cerrado, com uma enorme diversidade de espécies vegetais e animais. Estima-se que no Cerrado encontra-se cerca de um terço da biodiversidade brasileira, com aproximadamente 5 mil espécies de plantas vasculares e mais de 1.600 espécies de mamíferos, aves e reptéis. A sua biodiversidade, todavia, é pouco estudada.

A vegetação do Cerrado possui uma grande capacidade de fixação de carbono, armazenado nas raízes e troncos da vegetação arbustiva e maior retirada de gás de efeito estufa (GEE) pela rebrota na época das chuvas, o que permite a implantação de projetos de captura de GEE para comercialização no mercado de créditos de carbono.

5.1.2. Grande Manancial de Recursos Hídricos

O Centro-Oeste possui um grande manancial de recursos hídricos e constitui um dos centros do sistema hidrográfico brasileiro e do sub-continente sul-americano. O Centro-Oeste, em especial o Estado de Goiás, em um importante dispersor da rede hidrográfica brasileira, que reúne grandes extensões da bacia Amazônica, Tocantins e Xingu.

5.1.3. Capacidade Empreendedora e Inovadora do Empresariado Regional

O empresariado do Centro-Oeste e do Estado de Goiás tem se constituído em fator determinante da expansão agropecuária na região. Tem lançado mão da inovação e da busca de tecnologias para adaptar-se às características de solo, clima relevo regional. O desafio atual é a formação de um novo empresariado regional com grande capacidade e postura inovadora, mas em compromissos sociais e ambientais.

5.1.4. Existência de uma Base Produtiva Agropecuária Moderna e Competitiva

Na atividade agropecuária o Centro-Oeste e o Estado de Goiás possuem um elevado nível de produtividade o que torna a região altamente competitiva no mercado de grãos e carne. A superação das restrições de infra-estrutura e logística e as conquistas técnico-científicas tenderão a potencializar ainda mais estes níveis de produtividade. A expansão da produção agropecuária na Região Centro-Oeste tem elevado rapidamente a sua produção de grãos, passando de 20,6 milhões de toneladas, em 1998, para 42,9 milhões de toneladas em 2007, enquanto que o Estado de Goiás, no mesmo período, passou de 6,7 milhões de toneladas para 11,2. Da mesma forma, o rebanho bovino da Região Centro-Oeste cresceu de 56,4 milhões de cabeças, em 1998, para mais de 71 milhões, em 2005, enquanto que no Estado de Goiás cresceu de 18,1 para 20,7 milhões no mesmo período.

A evolução das exportações do Centro-Oeste, fortemente concentradas em produtos agropecuários, passou de US\$ 702 milhões de dólares, em 1989, para cerca de US\$ 5,18 bilhões de dólares, em 2004.

5.1.5. Mercado Interno em Extensão

O mercado interno do Centro-Oeste é relativamente restrito, devido ao reduzido tamanho da população e sua dispersão no amplo território regional, exceto o eixo Brasília-Goiânia-Anápolis¹¹ com alta densidade de população e de renda. A renda domiciliar *per capita* da região que tem aumentado de forma contínua, passou de R\$ 256,60 reais, em 1991, para cerca de R\$342,99 reais, no ano 2000. A escala deste mercado ainda é reduzida em função do tamanho da população, mas tende a ampliar-se com o crescimento da economia por meio do adensamento das cadeias produtivas regionais, as políticas de incentivos aos microempreendimentos e às políticas de renda mínima para as populações carentes mantidas pelo Governo Federal, entre outros fatores e processos.

5.1.6. Nível de Escolaridade da População

O nível de escolaridade da população centro-oestina, era de 6,1 anos para o ano de 2000, enquanto a média nacional era de 5,9 anos. É importante ressaltar que existe uma grande desigualdade regional no nível de escolaridade, tanto entre os estados quanto entre as mesorregiões em cada estado.

5.1.7. Inovação Tecnológica

A atividade agropecuária do Centro-Oeste tem incorporado novas tecnologias, em especial por meio das pesquisas promovidas pela EMBRAPA, por meio do centro de pesquisas genéticas na EMBRAPA Recursos Genético e Biotecnologia (Cenargen), no Distrito Federal; dos centros de pesquisa agroflorestal na EMBRAPA Cerrados, no Distrito Federal, na EMBRAPA Agropecuário Oeste, em Dourados, no Mato Grosso do Sul e na EMBRAPA Pantanal, em Corumbá, no Mato Grosso do Sul; nos centros de pesquisa de produtos na EMBRAPA Arroz e Feijão, em Santo Antônio, no Estado de Goiás e EMBRAPA Gado de Corte, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul; e um centro de pesquisa em serviços na EMBRAPA Café, no Distrito Federal.

¹¹ Para aprofundamento, ver ARRAIS, Tadeu Alencar. A região como arena política: um estudo sobre a produção da região urbana Centro Goiano. Goiânia: Editora Vozes, 2007.

Em termos de capacidade científica e tecnologia, o Centro-Oeste, em 2006, contava com 6.162 pesquisadores. As instituições que centralizavam esta referida capacidade são as universidades federais de Goiás, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e a Universidade Nacional de Brasília. Esta capacidade pode ser ampliada com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Goiano e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Distrito Federal.

5.1.8. Posição Estratégica da Região no Contexto Sul-Americano

A tendência de integração físico-territorial das áreas mais industrializadas do Brasil com os países andinos de construção de infraestrutura ferroviária que permita a saída brasileira para o Pacífico, obrigatoriamente passará pelo Centro-Oeste e reservará um papel central à Região na integração sul-americana.

5.2. Estrangulamento/ Problemas Centrais

Os estrangulamentos ou problemas são condições ou situações internas à Região indesejadas e que atrapalham ou impedem o desenvolvimento regional, se não forem, devidamente, equacionadas alteradas. Foram identificados dez estrangulamentos centrais da Região, apresentadas abaixo:

5.2.1. Vulnerabilidade da Economia

A economia e, especialmente, a pauta de exportações do Centro-Oeste, está concentrada em *commodities* e, principalmente, produtos agropecuários, provocando uma grande dependência do mercado e dos preços internacionais de grãos e do algodão. Com efeito, mais de 70% das exportações regionais estão concentradas em produtos primários de baixo valor agregado, principalmente soja, carne e algodão. Cerca de 38% das exportações regionais foram de grãos de soja (2004), 19% de bagaço e resíduos da extração de óleo de soja, e carnes e algodão, pouco menos de 5% cada um. Assim, a presença da Região no mercado internacional e a demonstração da sua competitividade, representam um componente de vulnerabilidade e dependência externa.

5.2.2. Limitado Resultado Social do Dinamismo da Economia

Embora a região se situe acima da média brasileira em quase todos os indicadores sociais, exceção do saneamento básico, o Centro-Oeste apresenta alto nível de pobreza, grande concentração de renda e deficiência na oferta de serviços sociais. Os baixos indicadores sociais são mais inaceitáveis diante do grande dinamismo da economia regional, demonstrando deficiência do modelo de crescimento. O desempenho social compromete a qualidade de vida da população numa das regiões em rápido crescimento econômico e, ao mesmo tempo, pode constituir uma limitação competitiva, pelo menos para algumas atividades econômicas, como o turismo, que demanda um ambiente social e urbano saudável.

5.2.3. Deficiência na Qualificação da Mão-de-Obra

A velocidade da expressão econômica do Centro-Oeste gera uma deficiência em mão-de-obra qualificada, principalmente quando são introduzindo inovações tecnológicas que pedem recursos humanos com formação elevada. Esta limitação da capacidade técnica e profissional da força de trabalho aumenta quando se trata de novas atividades econômicas que permitem uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os que permitem uma diversificação da estrutura produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. Por outro lado, o nível de escolaridade produtiva, como o turismo, a indústria e os serviços avançados. Por outro lado, o nível de escolaridade modesto, apenas superior à média nacional, assim como a persistência de analfabetismo constituem obstáculos a uma rápida qualificação da mão-de-obra regional. Este estrangulamento pode representar um impedimento à manutenção ou aumento da competitividade do Centro-Oeste, particularmente quando se trata de diversificação da estrutura e adensamento das cadeias produtivas.

5.2.4. Degradação dos Ecossistemas Regionais

As pressões antrópicas decorrentes do crescimento acelerado da economia regional provocam a degradação do meio ambiente do Centro-Oeste, expressa no desmatamento, da redução da cobertura vegetal, na destruição da biodiversidade, na erosão do solo, no assoreamento e na poluição dos recursos hídricos da região. O modelo de desmatamento intensivo aliado à aração e o revolvimento da terra na entressafra, deixa o solo exposto à erosão pelas chuvas, pelos ventos e pelo sol. O solo carregado para os cursos d'água

desprotegidos vai assorear os leitos e degradar os recursos hídricos, provocando também inundações dos rios; já existem sinais de mudanças no regime de seca e cheia em alguns rios inundações dos rios; já existem sinais de mudanças no regime de seca e cheia em alguns rios regionais. Além disso, a carga agrotóxica utilizados na agropecuária tende a deslocar-se para os mananciais de recursos hídricos, contaminando as cadeias alimentares nos rios especialmente do Pantanal.

O desmatamento já atingiu cerca de 48,8% da área total o Centro-Oeste, e é de 57% a redução da cobertura vegetal nos cerrados, 38,8% da floresta tropical, e de 17% da cobertura florestal do Pantanal, como apresentado no quadro 5.

Os processos produtivos e as tecnologias dominantes na economia regional incorporam, portanto, um custo social alto na perda de grande parte das potencialidades do Centro-Oeste. Além disso, estão destruindo parte das vantagens competitivas da Região, comprometendo o desenvolvimento futuro. Como indica Bertha Becker, os ganhos econômicos da introdução da agropecuária subestimam as perdas provocadas, pois não levam em conta os benefícios resultantes da preservação da biodiversidade e dos serviços ambientais (Becker, 2005).

5.2.5. Desarticulação do Sistema Logístico e Gargalos na Infraestrutura Econômica

Com elevada produtividade agrícola e com condições favoráveis de solo e água, o Centro-Oeste é altamente competitivo “dentro da porteira”, mas padece de grandes restrições logísticas para alcançar os mercados consumidores. Como diz a carta do IBRE da conjuntura Econômica, “imbatível em produtividade (...) nossa agricultura vê grande parte do seu impressionante diferencial competitivo ser literalmente jogado fora pelos gravíssimos problemas logísticos do país” (FGV, 2005, pág. 6).

A soja, por exemplo, de acordo com a revista, “25% da receita está comprometida com os custos internos de transporte “(FGV, 2005 pág. 6 e 7), o que ocorre de uma dispêndio médio de US\$ 50 dólares por tonelada, mais do dobro dos US\$ 20 dos custos de transporte do produto nos Estados Unidos. A diferença de custo decorre do tipo de transporte, predominantemente rodoviário, e, principalmente, da grande deficiência da malha, agravada por processo recente de deterioração das estradas. Segundo estudo da CNT – Confederação Nacional de Transporte, dos 12,6 mil quilômetros de rodovias federais e estaduais pesquisadas – e que constituem a rede de maior importância para a

Região – cerca de 77% das rodovias foram classificadas como deficientes, 11% como ruins e 1,5% como péssimas; apenas pouco menos de 10% foram classificadas como boas e ótimas. Os principais gargalos das rodovias da Região estão na BR – 163, com maior necessidade de recuperação; na BR- 364, que carece de recuperação urgente; na BR – 242, com inúmeras interrupções e trechos em mau estado de conservação; na BR – 158 e na BR – 174, ambas com má condição de tráfego.

Além da carência e determinação do sistema de transporte rodoviário, a região não conta com uma rede estruturada e eficiente de transporte hidroviária de carga produção agropecuária regional; as hidrovias são ainda incipientes e os terminais portuários de baixa expressão operando abaixo da capacidade e com custos operacionais elevados. Da mesma forma, o sistema ferroviário, que pode ter papel importante no movimento de carga regional, ainda é deficiente e incompleto.

Na energia elétrica a Região é auto-suficiente, mas registra problemas de distribuição em diversos pontos do território, principalmente em áreas de expansão da fronteira agrícola (particularmente do Mato Grosso).

5.2.6. Limitado Sentimento de Identidade Regional

O Centro-Oeste é uma Região formada pelos três biomas e fortemente articulada pelo Cerrado e pelo Pantanal, com características sócio-culturais diferenciadas, que embora confirmam unidade ao amplo território regional. Este ambiente e a história de formação econômica e social da Região formaram um mosaico de rica e diversificada manifestação cultural Centro-Oestina, expressão das relações econômicas e sociais com os ecossistemas e da interação com os povos vizinhos a oeste. No entanto, o acelerado processo migratório e de implementação de uma moderna agropecuária provoca mudanças sócio-culturais na região que deve levar a uma nova identidade sócio-política regional e, em certa medida, gera algumas desigualdades sócio-econômicas no território. Do ponto de vista político, o Centro-Oeste não se expressa como uma unidade, atuando de forma articulada em negociações e defesas de interesses comuns com outras instâncias políticas. Apesar de ser reconhecido, em termos analíticos, como uma macrorregião brasileira, o Centro-Oeste não se manifesta ainda como um “território organizado”, segundo o conceito de Sérgio Boisier, que assume uma identidade e de posicionar como uma Região, articulando os fatores de unidades convergência.

5.2.7. Baixa Diversificação Produtiva e Adensamento das Cadeias Produtivas

Apesar de sinais incipientes de diversificação da estrutura produtiva, acompanhando de beneficiamento de produtos agropecuários, o dinamismo da economia do Centro-Oeste ainda decorre fundamentalmente do setor primário, principalmente a moderna agricultura de grãos e a pecuária de corte. Ainda é bastante limitada a diversificação produtiva e o adensamento das cadeias produtivas, com baixa agregação de valor dos produtos. Além do crescimento da participação da agropecuária no PIB regional, registrando nos últimos anos, a estrutura do setor industrial também evidencia uma grande concentração em poucos gêneros e, no geral, de valor agregado. Como mostra a gráfico 54, apenas três segmentos concentram quase 70% do setor industrial no Centro-Oeste, vale dizer, indústria de alimentos e bebidas (com 55% do total), minerais não metálicos (com 12%), e produtos de madeira (com apenas 2,5%).

5.2.8. Crescimento da Economia Informal e da “Economia da Contravenção”

Embora os dados disponíveis sejam, acompanhados do desempenho da economia nacional, o Centro-Oeste apresenta um percentual significativo de atividades informais que reflete relações de trabalho precário. O percentual de pessoas classificadas como integrantes de atividades informais na região é muito alto, embora haja um movimento de formalização das relações de trabalho nas atividades urbanas. De fato, se em 1992 cerca de 50,6% do total das pessoas ocupadas estavam na situação de informalidade (um pouco mais da metade, portanto), em 2003 este percentual caiu para 44,2%. Esta contribuição ocorreu, principalmente, no setor terciário: a participação das pessoas com relação informais na total era de 49,5% das pessoas ocupadas na atividade, em 1992, e passa para 41%, em 2003. Por outro lado, a posição geográfica do Centro-Oeste, com grande faixa de fronteiras com os países andinos, parece ter levado a um crescimento das atividades ilegais da região, constituindo uma espécie de “economia da contravenção” que se amplia também em todo o país.

5.2.9. Desigualdade Sócio-Econômica Intra-Regional

O crescimento e a modernização da economia regional, assim como a melhoria dos indicadores sócias da Centro-Oeste convive (em Alguns aspectos, agrava) com

desigualdades intra-regionais, resultado do dinamismo diferenciado no território regional. Além da diferença no ritmo de crescimento dos Estados, com destaque para o Mato Grosso, o dinamismo da economia regional é muito desigual no interior das unidades da federação, refletindo nos indicadores sociais. Estudo Ministério da Integração Nacional que fundamentou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Destaca-se várias microrregiões classificadas como: “estagnada de média renda” e “menor renda”. As áreas mais pobres do Centro-Oeste, característica como de “menor renda” distribuem-se nos seguintes espaços: oeste de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, com grande parte do Pantanal, sudeste do Mato Grosso do Sul, nordeste do Mato Grosso e pequenas faixas no centro do Estado, e grande parte do norte e nordeste de Goiás.

5.2.10. Desarticulação da Rede de Cidades

A rede urbana do Centro-Oeste é exatamente frágil e segmentada com hierarquia de cidades pouco estruturadas, que apresentam forte polarizada em Brasília e Goiânia. As cidades se expandem com muita velocidade e não criam laços forte de articulação e complementaridade que formem uma rede hierarquizada de alta eficiência. Como mostra o mapa 9, poucas cidades tem inserção relevante no sistema brasileiro de cidades, com destaque para dois aglomerados metropolitanos, Brasília e Goiânia. Cuiabá pode ser caracterizada como aglomerado regional não metropolitano, e Campos Grande é um centro urbano regional, isolado, de nível 1, com forte integração com a rede urbana de São Paulo.

Apesar da relativa desarticulação da rede urbana, podem-se perceber alguns adensamentos de cidades, com destaque para o eixo Brasília- Goiânia – Anápolis, Centro urbano regional isolado do nível 2. Além de Anápolis, são classificados como centros urbanos de nível 2: Dourados, Rondonópolis, Itumbiara e Rio Verde. Centros urbanos isolados do nível 3 são: Ponta Porã, Sinop, Catalão, Cáceres, Barras de Garças, Três Lagoas, Alta Floresta, Aquidauana e Tangará da Serra. Dispersos no território identificam-se vários centros urbanos isolados locais como: Naviraí, Jataí, Goianésia, Goiatuba, Uruaçu, Nova Andradina, Corumbá, Porangatu, Iporá, Mineiros, Coxim, Inhumas, Ceres, São Luís de Montes Belos, e Morrinhos.

A fragmentação da rede urbana regional decorre, em grande parte, das deficiências da infra-estrutura econômica, que dificultam a integração e comunicação e, portanto, as trocas e a complementaridade dos serviços.

6. Gestão Estratégica do *Campus* do IFGoiás

Os Municípios e regiões de influência imediata nos quais serão instalados *Campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás foram estudadas por meio de fontes bibliográficas, de banco de dados e de pesquisa de campo. Foram apresentados aspectos como infra-estrutura existente e necessária, identificação das indústrias de transformação e de construção civil e a presença de distritos industriais, características e realidades agropecuárias, potencialidades e estruturas turísticas, desenvolvimento da oferta de emprego formal e contexto da educação, saúde e cultura.

Os estudos são compostos pelos seguintes tópicos: 1. Caracterização do Município e da sua região de influência imediata; 2. Identificação da Matriz de potencialidades, limitações e problemas; 3. Identificação dos problemas centrais; 4. Identificação dos objetivos centrais; 5. Estabelecimento de Estratégias, ações, instituições e atores sociais envolvidos; 6. Conclusão: desafios e encaminhamentos.

6.1. Gestão Estratégica do Desenvolvimento Regional e Local no Município de Formosa e sua Região de Influência Imediata

6.1.1. Caracterização do Município e da sua Região de Influência Imediata

O Município de Formosa ocupa uma área de 5.807,17 km². Possui uma população de 90.212 mil habitantes, segundo o Censo do IBGE de 2008.

O Município de Formosa localiza-se no lado oposto àquele de maior concentração demográfica da Microrregião Entorno de Brasília. Tal realidade ‘modera’, comparativamente aos demais municípios que a compõe, os problemas sociais mais agudos do Entorno, a exemplo da falta e precariedade de moradia e da violência. Essa realidade potencializa as riquezas naturais e históricas do Município ampliando as condições para a implementação de projetos turísticos e recreativos.

O Município de Formosa dispõe de uma boa infra-estrutura urbana composta de quadras esportivas, escolas, hospitais, etc. Todavia, há uma carência de servidores qualificados.

O Município de Formosa não é direta e plenamente servido de uma infra-estrutura diversificada de transporte e escoamento da produção e de deslocamento da força de trabalho. Não possui uma malha ferroviária própria, um sistema de transporte hidroviário

e um sistema aeroportuário. Sua infra-estrutura de transporte e escoamento restringe-se, basicamente, à rodoviária, sendo essa composta pelas BR-020 e BR-060 e pelas GO-430 e GO-118. Todavia, o Município tem garantido o escoamento de sua produção agrícola e a entrada de produtos, matérias-primas e equipamentos devido a conexão rodoviária com Brasília, uma das pontas do sistema ferroviário com destino aos portos de Vitória (ES) e Santos (SP), bem como pela estrutura aeroportuária representada pelo Aeroporto Internacional de Brasília.

Sua infra-estrutura não é completada com uma atividade agropecuária moderna e um setor agroindustrial consistente, o que não lhe assegura um desenvolvimento razoavelmente equilibrado em termos de crescimento de população economicamente ativa (PEA) e uma satisfatória oferta de emprego. O desequilíbrio entre a PEA e a oferta de emprego não é mais intenso, segundo os gestores públicos, devido ao fato de que aproximadamente 25% da população se deslocam diariamente para trabalhar em Brasília.

Durante os finais de semana observa-se um fluxo inverso da população, com moradores de Brasília em busca de alojamento e de lazer nos pontos turísticos presentes no Município de Formosa. Verifica-se, ainda, o processo de aquisição de casas e de terras, por parte de moradores de Brasília. Especialmente importante tem sido a aquisição de sítios e chácaras, bem como terrenos para a criação de condomínios horizontais fechados. Evidencia-se, portanto, uma tendência de moradores de classes médias superiores de Brasília virem a constituir uma segunda moradia em Formosa.

Do ponto de vista da organização política, da organização da sociedade civil e das dinâmicas eleitorais, o Município de Formosa não apresenta como características predominantes o populismo, o assistencialismo e o eleitoralismo, a exemplo da grande maioria dos municípios da Microrregião Entorno de Brasília. Essa realidade repercute em uma gestão pública cujos quadros são recrutados atendendo critérios político-eleitorais, mas também técnico-profissionais. Não por acaso é um dos Municípios da Microrregião Entorno de Brasília que possui um Plano Diretor de fato.

O Município de Formosa não se encontra organizado sob uma base sócio-econômica “monocultora”, isto é, não se encontra social e economicamente articulado em torno de uma atividades econômicas dominante e centralizadora dos aspectos naturais, demográficos, econômicos e sócio-culturais. Caracteriza-se por uma diversidade de

atividades que compreende agroindústria, agricultura, pecuária, serviços, turismo, entre outros.

O Município de Formosa, todavia, apresenta um profundo desequilíbrio na distribuição dos setores de atividades econômicas. Conforme os dados da RAIS/MTE – 2006, organizados na Tabela 11, o Setor Primário (agropecuária, extração vegetal, caça e pesca) participa com 393 estabelecimentos e emprega formalmente 1.085 trabalhadores no Município, o Setor Secundário (indústria de transformação e construção civil) participa com 124 estabelecimentos e emprega 715 trabalhadores e o Setor Terciário (comércio e serviços) participa com 941 estabelecimentos e emprega 7.408 trabalhadores. Esses números evidenciam, ainda, a amplitude da informalidade no município, no que tange aos empreendimentos e a contratação de trabalhadores, posto que esses número não refletem a realidade de um município com mais de 90 mil habitantes.

Os Municípios que se encontram no raio de até 80 km do Município de Formosa não assumem uma relação de subordinação direta a ele como fornecedores de matérias primas e de força de trabalho. Isto porque a supremacia do setor terciário no conjunto do Município não permite a incorporação de forma subordinada e complementar dos demais, basicamente possível quando o setor secundário é amplamente desenvolvido, impondo uma divisão social do trabalho entre regiões fornecedoras de matérias primas e de mão-de-obra e regiões de industrialização expressiva importadora de produtos primários e de mão-de-obra. Soma-se a isto o fato de que é o próprio Distrito Federal que se impõe como pólo social e econômico dominante, não permitindo que essa condição possa ser usufruída por qualquer um dos municípios da Microrregião Entorno de Brasília.

6.1.1.1. Aspectos Naturais

O Município de Formosa e a região de influência imediata possuem ocorrências de diversos minerais com potencial para exploração econômica. Destacam-se: brita, argila e calcário. As empresas Britacal Indústria e Comércio de Brita, Calcário Brasília LTDA. e Santana Mineração LTDA., atuam na extração e beneficiamento desses minérios.

Há também ocorrência de grutas, como o Buraco das Araras e a Gruta das Andorinhas; e quedas de água, a exemplo do Salto de Itiquira e a cachoeira e Sítio Arqueológico do Bisnau.

O Município de Formosa possui o privilégio de ser bem servido por mananciais. Ocorre no Município a confluência das três grandes bacias hidrográficas brasileiras: a bacia do Tocantins, por meio do córrego Bandeirinha; a bacia do Paranã, por meio do ribeirão Pípiripau; e a bacia do São Francisco, por meio do ribeirão Santa Rita.

Esses mananciais apresentam graus acentuados de assoreamento e de degradação das suas matas ciliares, em consequência da atividade agrícola. O córrego do Brejo, o principal afluente da Lagoa Feia, também apresenta grau acentuado de degradação decorrente da atividade agropecuária, ao que se soma a sua condição de receptor do esgoto urbano da Cidade de Formosa.

A degradação dos mananciais, somado a práticas inadequadas e predatórias nos demais patrimônios naturais e culturais, pode comprometer o potencial econômico-turístico do Município de Formosa.

6.1.1.2. Aspectos Demográficos

O Município de Formosa e a região de influência imediata convivem com um significativo crescimento populacional, conforme demonstram os dados demográficos presentes na Tabela 9. De 1980 a 2007, a população passou de 43.297 para 88.137 habitantes. Tal processo não pode ser explicado apenas pela taxa de crescimento vegetativo da população, que se apresentou declinante no país, no Estado de Goiás e na própria região, no decorrer das décadas de 1980, de 1990 e de 2000. Também não pode ser explicado apenas pela imigração de populações jovens e extremamente pobres, cujas taxas de natalidade tendem a ser elevadas e a determinar um crescimento vegetativo de conjunto da população, a exemplo de processo em curso no Município de Valparaíso, também da Microrregião Entorno de Brasília.

O crescimento da população do Município de Formosa, fundamentalmente concentrado na Cidade de Formosa, pode ser explicado pelo deslocamento de populações oriundas de outras regiões do Estado de Goiás e pertencentes às classes médias e a segmentos de trabalhadores que se encontram acima dos níveis de extrema pobreza, respectivamente implantando empreendimentos e/ou trabalhando no Município e em Brasília. Outro fator do seu crescimento é o deslocamento de populações oriundas de Brasília e que passaram a morar em Formosa, todavia preservando seus empreendimentos

e trabalho em Brasília, bem como de populações oriundas de outros estados, mas sem condições econômicas de adquirir imóveis em Brasília. Recentemente presencia-se o surgimento de condomínios horizontais e verticais e a aquisição de sítios e casas por parte de moradores de Brasília, que procuram uma segunda moradia para os fins de semanas, feriados etc.

Estudos demográficos do Município de Formosa e da região de influência, entre os anos de 1980 e 1989, com base em projeções idealmente construídas¹², a partir de taxa de referência de crescimento de 2,48% ao ano, evidenciam um aumento da população de Formosa em 7.503 habitantes acima da média projetada, enquanto que a região de influencia imediata, que não esteve sujeita aos mesmos fenômenos, apresentou uma perda de 2.821 habitantes, conforme demonstrado na Tabela 9.

TABELA 9: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE FORMOSA E DA REGIÃO DE INFLUENCIA (ATÉ 80 Km) - 1980-1989						
FORMOSA				REGIÃO DO ENTORNO		
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
1980	43,297	29,618	13,679	9,229	3,312	5,917
1981	44,371	-	-	9,458	-	-
1982	45,471	-	-	9,692	-	-
1983	46,599	-	-	9,933	-	-
1984	47,754	-	-	10,179	-	-
1985	48,939	-	-	10,432	-	-
1986	50,152	-	-	10,690	-	-
1987	51,396	-	-	10,955	-	-
1988	52,671	-	-	11,227	-	-
1989	53,977	-	-	11,506	-	-
NOTAS						
Crescimento da população projetado para a década: 10.680 hab.				Crescimento da população projetado para a década: ...2.227 hab.		
Dados reais da população - 1989 (Estimativa do IBGE): 61.480 hab.				Dados reais da população em 1989: 8.685 hab.		
Crescimento além da projeção: <u>7.503 hab.</u>				Projeção da população evadida: <u>- 2.821 hab.</u> Entorno Considerado: Cabeceiras, Santa Rosa de Goiás e Vila Boa		
*1981-1989: Projeção com base em um crescimento nacional de 2,48% ao ano.						

Fonte: SEPLAN/SEPIN e IBGE

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste

12 Projeções idealmente construídas, com base em uma taxa de referência de crescimento ao ano, projetada para toda uma década, é um recurso metodológico que visa ilustrar um comportamento demográfico, identificando tendências e/ou intuindo fenômenos. Não dispõe, portanto, de rigor científico e metodológico.

No período compreendido entre os anos de 2000 e 2007, com base em projeções idealmente construídas, a partir de referência de crescimento de 1,64%, ficou evidenciada o aumento de 2.075 habitantes no Município de Formosa, enquanto que na região de influência imediata ocorreu uma evasão de 1.573 habitantes, conforme Tabela 10.

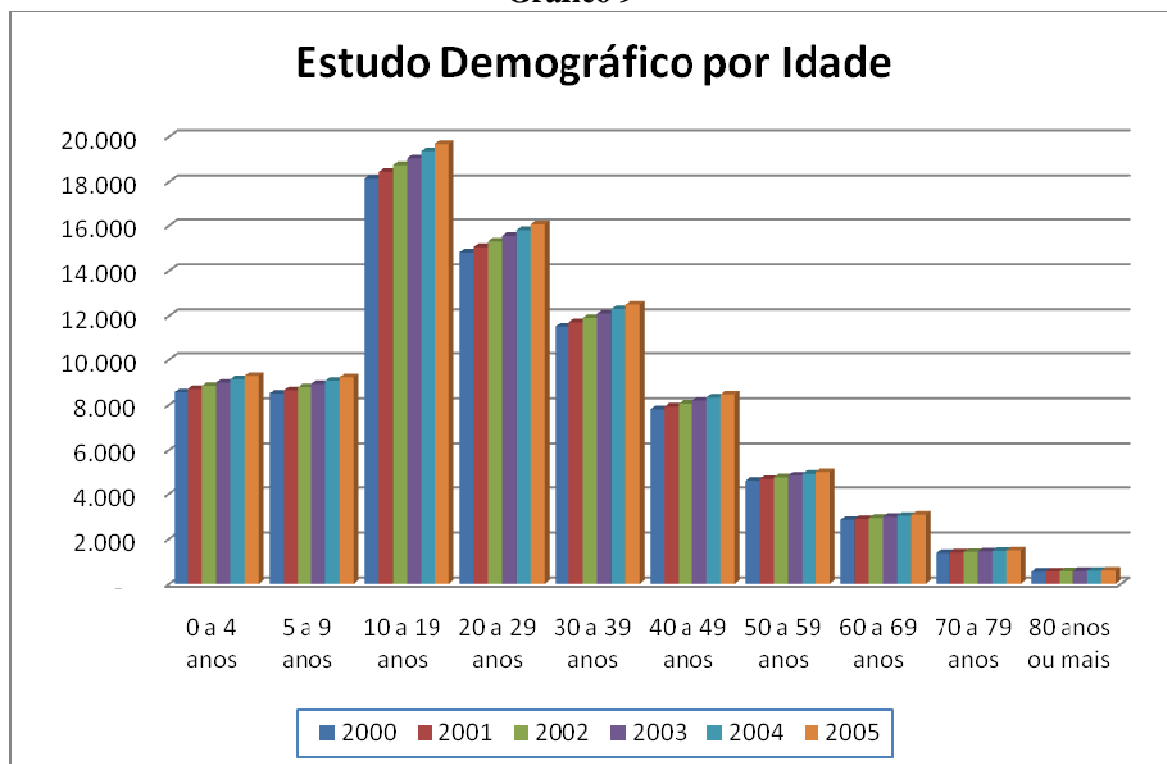
TABELA 10: ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DE FORMOSA E REGIÃO DO ENTORNO (ATÉ 80 KM) - 2000-2007						
FORMOSA			REGIÃO DO ENTORNO			
	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
2000	78,651	69,285	9,366	13,593	9,903	3,690
2001	79,941	-	-	13,816	-	-
2002	81,252	-	-	14,043	-	-
2003	82,584	-	-	14,273	-	-
2004	83,939	-	-	14,507	-	-
2005	85,315	-	-	14,745	-	-
2006	86,715	-	-	14,987	-	-
2007	88,137	-	-	15,232	-	-
NOTAS						
Crescimento da população projetado para a década: 9.486 hab.			Crescimento da população projetado para a década: 1.639 hab.			
Dados reais da população em 2007 (Contagem Preliminar): 90.212 hab.			Dados reais da população em 2007: 13.659 hab.			
Crescimento além da projeção: 2.075 hab.			Projeção da população evadida: - 1.573 hab.			
Entorno Considerado: Cabeceiras, Santa Rosa de Goiás e Vila Boa						
*2001-2007: Projeção com base em um crescimento nacional de 1,64% ao ano.						

Fonte: SEPLAN/SEPIN e IBGE.

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

Os estudos evidenciam, ainda, uma forte presença da população jovem, uma média presença de população de meia idade e uma pequena presença de população de terceira idade. Tais processos não terão impactos fundamentais nas próximas duas décadas, permitindo um equilíbrio entre os grupos etários, conforme pode ser confirmado por meio do Gráfico 9.

Gráfico 9



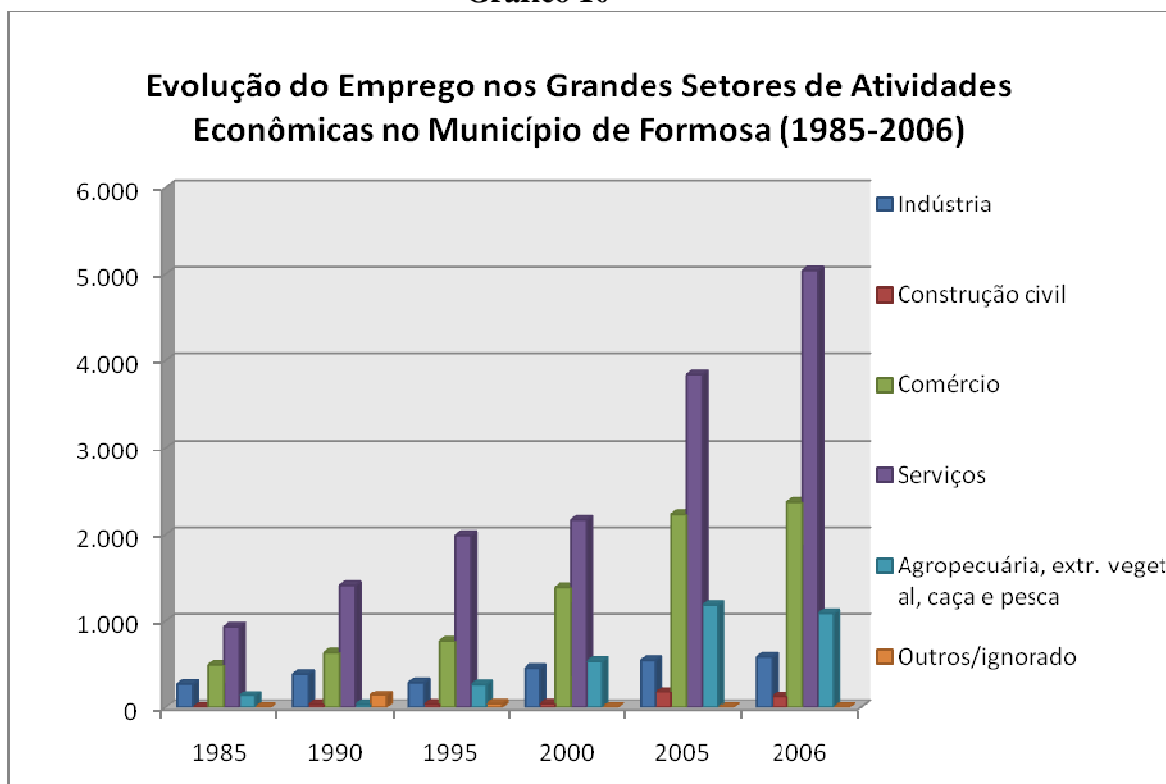
Fonte: SEPLAN/SEPIN e IBGE.

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

A implantação do *Campus Formosa* pode repercutir no comportamento demográfico do Município de Formosa e da região de influência imediata. Pode se constituir em fator de permanência de população jovem que evade da região à procura de educação e de qualificação profissional. Pode se constituir fator gerador de emprego e de renda se for capaz de interferir nos processos produtivos e de serviços da região. Pode, ainda, contribuir com a implementação de políticas sociais por parte do governo municipal.

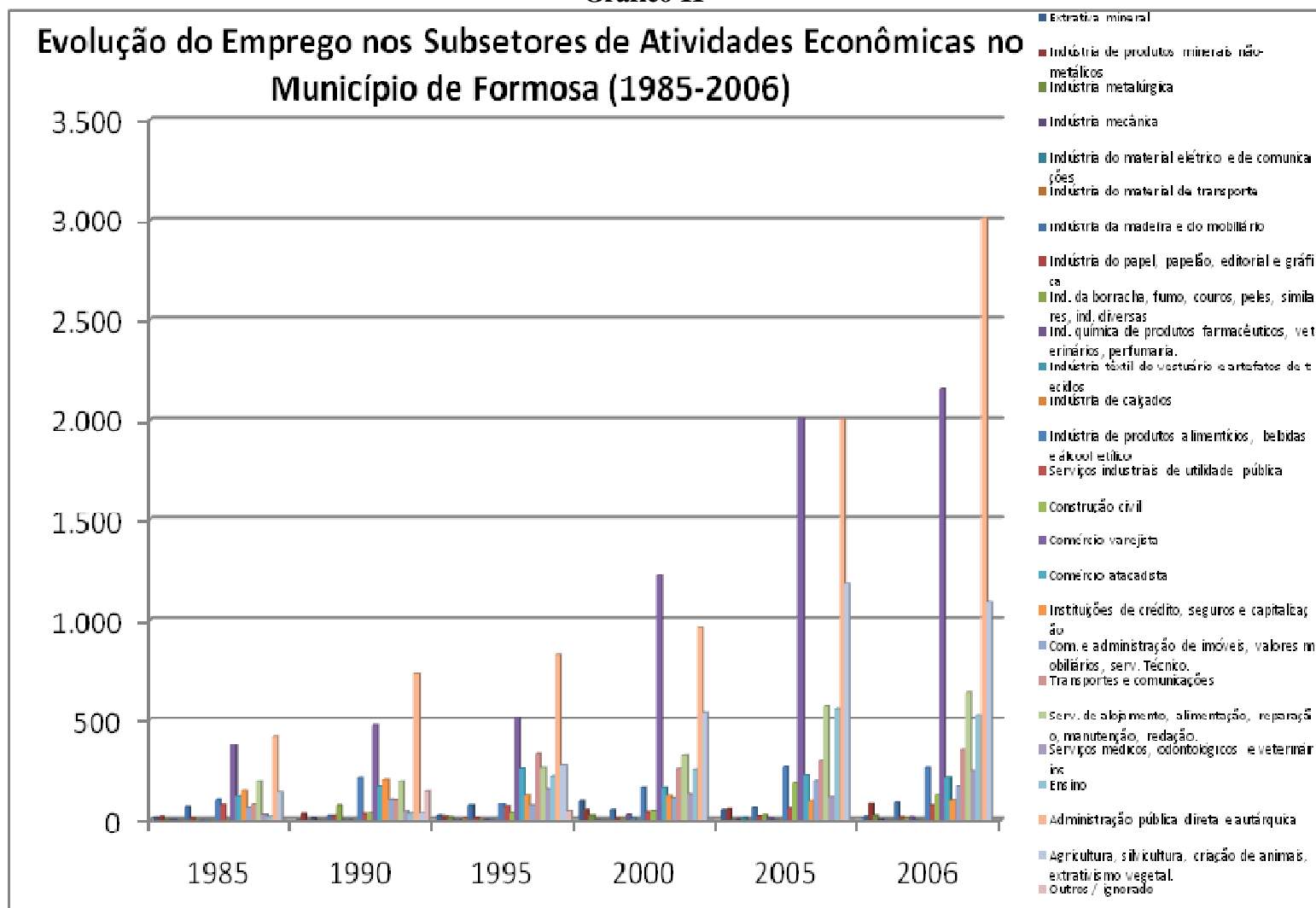
6.1.1.3. Aspectos Econômicos

O Município de Formosa e a região de influência imediata não apresentam um desempenho equilibrado entre os Setores Primário, Secundário e Terciário, conforme pode ser confirmado por meio do Gráfico 10. Essa falta de equilíbrio se estendeu também para o âmbito dos próprios setores e repercutiu na própria oferta de emprego formal.

Gráfico 10¹³

Fonte: RAIS/MTE

¹³ Ver tabela referente ao Gráfico 10, no Anexo 10.

Gráfico 11¹⁴

¹⁴ Ver tabela referente ao Gráfico 11, no Anexo 11.

Tabela 11

Evolução do Número de Trabalhadores/Estabelecimentos por Setores de Atividades econômicas - Formosa						
Setores	Ano 1986		Ano 1996		Ano 2006	
	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos	Nº de Trabalhadores	Nº de Estabelecimentos
Indústria	402	38	349	58	589	87
Construção civil	186	4	48	15	126	37
Comércio	652	171	892	286	2368	636
Serviços	1062	76	2131	163	5040	305
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	139	3	405	142	1085	393

Fonte: RAIS/MTE – 2006.

O Setor Primário (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca), cuja base de sustentação reside nas atividades agropecuárias e que se constitui em um dos pólos econômicos do Município de Formosa e da sua região de influência imediata, apresenta grande fragilidade. A atividade de criação de animais, conforme podemos observar por meio das Tabelas 12 e 13, apresenta um crescimento na criação de aves a partir de 2004, quando saltou de 80.680 para 172.137 (cab.). No mesmo período a produção de ovos saltou de 209 para 1.185 (1.000 dz). Trata-se, portanto, de criação fundamentalmente para a produção de ovos e não para abate. Esse desempenho está relacionado a atuação da granja Ovono.

Os demais itens do efetivo da pecuária não apresentaram mudanças significativas entre 2000 e 2005, preservando ou crescendo de forma modesta, a exemplo da produção de leite e do número de cabeças de gado para abate. Há que se realçar o estabelecimento dos Frigoríficos Boncorte, Corte, Fivale, Friboi e Frigoluz na região, fornecendo, principalmente, para Brasília.

TABELA 12 : Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária FORMOSA

	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Aves (cab.)	71,200	74,660	75,664	80,680	172,137	190,300
Prod. De Ovos (1.000 dz)	203	193	193	209	1,185	1,947
Suínos (cab.)	7,600	7,600	7,816	7,700	7,450	7,620
Bovinos (cab.)	195,500	198,000	213,165	224,660	223,500	226,200
Vacas Ordenhadas (cab.)	24,500	24,800	24,890	25,000	25,100	24,500
Prod. De Leite (1.000 l)	19,350	19,022	19,022	19,250	20,080	19,580

Fonte: SEPLAN/SEPIN.

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

**TABELA 13: Análise de Aspectos Econômicos do Efetivo da Pecuária
REGIÃO DE INFLUÊNCIA**

	2,000	2,001	2,002	2,003	2,004	2,005
Aves (cab.)	39,000	48,800	96,250	91,450	91,000	93,000
Prod. De Ovos (1.000 dz)	110	106	394	748	786	755
Suínos (cab.)	4,190	4,375	3,856	3,855	3,980	3,890
Bovinos (cab.)	105,700	113,350	115,208	116,100	11,880	90,950
Vacas Ordenhadas (cab.)	13,300	14,300	14,500	14,550	14,450	13,800
Prod. De Leite (1.000 l)	12,220	13,190	13,365	13,125	13,005	12,330

Fonte: SEPLAN/SEPIN.

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

O Município de Formosa e a região de influência imediata apresentaram um desempenho modesto também no que tange a atividade agrícola entre 2000 e 2006. Tal como na pecuária, não há distinções de grande significado entre o Município de Formosa e a sua região de influência imediata.

Os cultivos mais expressivos identificados na Região foram o arroz, a cana-de-açúcar, o milho e a soja. A soja apresentou um crescimento relativamente estável a partir de 2002. A cana-de-açúcar assumiu grande dinamismo somente a partir de 2006. Quanto ao arroz e ao milho, oscilaram em especial como cultivos alternativos à soja e, a partir de 2006, à cana-de-açúcar.

O Município de Formosa, em particular, tem apresentado um importante avanço dos cultivos de mandioca e de hortigranjeiros, embora não apareça nos bancos de dados. Esses cultivos, conforme atestam os gestores do município, voltam-se para o atendimento de demandas da cidade de Formosa e de Brasília.

O Setor Primário (agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca), embora se constitua em um dos pólos de sustentação econômica do Município de Formosa e da sua região de influência imediata, empregou formalmente apenas 1.085 trabalhadores, distribuídos por 393 estabelecimentos, conforme os dados da RAIS de 2006.

O Setor Secundário (indústria de transformação e construção civil) também se apresenta fragilizado no Município de Formosa e na sua região de influência, não apresentando atividades industriais expressivas. Conforme os dados da RAIS de 2006, o Município somava apenas 124 estabelecimentos atuantes, distribuídos pela indústria de transformação e de construção civil, gerando 715 empregos formais.

As indústrias mais importantes são a Pioneer e a Singenta, no segmento de defensivos agrícolas e sementes; Requinth Móveis e Recart Móveis, no segmento moveleiro; Café Formosa e Café Anhanguera, no segmento de torrefação; Santan Mineração e Britacal Mineração, no segmento da indústria de extração mineral; Ovono, no segmento de granja; e Boncorte, Corte, Fivale, Friboi e Frigoluz, no segmento e abatedouro e indústria de carnes.

O Município de Formosa e a região de influência imediata não consolidaram uma indústria de transformação de base agroindustrial. Assim, a produção agrícola tende a sair *in natura* do Município, não permitindo a agregação de valor e a consequente geração de emprego e renda. Mais recentemente, a instalação da Pionner Sementes, que integra o grupo Dupont, e da Syngenta, empresa que atua na produção de defensivos agrícolas e sementes, pode representar um marco para a reversão dessa realidade, com perspectivas para a consolidação do agronegócio na região. Todavia, a característica da estrutura fundiária, basicamente formada por pequenas e médias propriedades, a carência de qualificação técnica dos pequenos e médios proprietários em face das novas tecnologias que integram o agronegócio e a dinâmica de preservação ambiental que o advento do ecoturismo e do turismo rural tendem a gerar, pode representar obstáculos para a consolidação de uma agroindústria integrada ao agronegócio.

TABELA 14: PRODUÇÃO AGRÍCOLA / 2000-20006
FORMOSA

Produtos		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Arroz	Área (ha.)	820	765	940	940	2,280	2,480	800
	Prod. (t)	1,770	2,070	2,070	2,500	10,080	10,380	840
	Produtividade (t/ha.)	2.16	2.71	2.20	2.66	4.42	4.19	1.05
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	300	150	150	150	150	180	180
	Prod. (t)	12,000	6,000	6,000	6,000	6,000	7,200	7,200
	Produtividade (t/ha.)	40.00	40.00	40.00	40.00	40.00	40.00	40.00
Milho	Área (ha.)	4,350	4,900	3,965	3,600	4,200	4,450	3,500
	Prod. (t)	21,240	19,344	19,321	16,520	25,200	25,350	21,000
	Produtividade (t/ha.)	4.88	3.95	4.87	4.59	6.00	5.70	6.00
Soja	Área (ha.)	4,700	4,400	5,280	6,000	6,400	7,000	7,500
	Prod. (t)	13,536	10,560	14,256	18,000	17,280	21,000	20,250
	Produtividade (t/ha.)	2.88	2.4	2.7	3	2.7	3	2.7

Fonte: SEPLAN/SEPIN.

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

**TABELA 15: PRODUÇÃO AGRÍCOLA / 2000-2006
REGIÃO DE INFLUÊNCIA**

Produtos		2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Arroz	Área (ha.)	650	550	900	1,346	980	1,090	1,000
	Prod. (t)	1,190	700	1,050	3,280	1,653	1,620	1,330
	Produtividade (t/ha.)	1.83	1.27	1.17	2.44	1.69	1.49	1.33
Cana-de-açúcar	Área (ha.)	165	45	45	45	47	52	222
	Prod. (t)	4,500	1,233	1,230	1,230	1,410	1,560	15,160
	Produtividade (t/ha.)	27.27	27.40	27.33	27.33	30.00	30.00	68.29
Milho	Área (ha.)	11,950	11,800	9,700	10,500	11,800	10,400	9,800
	Prod. (t)	59,530	46,420	48,300	60,460	62,310	58,520	61,880
	Produtividade (t/ha.)	4.98	3.93	4.98	5.76	5.28	5.63	6.31
Soja	Área (ha.)	11,000	14,000	20,000	20,180	27,230	31,250	32,400
	Prod. (t)	29,700	19,320	48,000	60,450	78,300	88,170	87,600
	Produtividade (t/ha.)	2.70	1.38	2.40	3.00	2.88	2.82	2.70

Fonte: SEPLAN/SEPIN.

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

O Setor Terciário (comércio e serviços) em Formosa é bastante diversificado, possui uma boa rede armazenadora e se encontra interligado aos centros de produção e consumo de Brasília e de Goiânia. O setor terciário totalizou 7.408 empregos formais em 2006, conforme dados da RAIS.

Gestores públicos, empresários e representantes de entidades sindicais indicam a carência de mão-de-obra qualificada como um dos fatores preponderantes para um desempenho econômico superior do Município de Formosa e da sua região de influência imediata. E alimentam a expectativa de que o *Campus* Formosa do IFGOIÁS venha atender a demanda de formação técnica e tecnológica e de cursos de graduação e de pós-graduação para suprir necessidades de planejamento e de assessoria gerencial.

6.1.1.4. Aspectos Sócio-Culturais

6.1.1.4.1. Aspectos Educacionais

O Município de Formosa e a área de influência imediata possuem uma estrutura de Ensino que oferece a maior parte das modalidades de educação – Educação Pré-escolar, Classe de Alfabetização, Ensino Fundamental, Ensino Médio/Normal, Ensino Especial,

Educação de Jovens e Adultos, Ensino Superior e Creche. Os dados referentes a cada modalidade de educação podem ser verificados por meio da Tabela 16, que se segue.

**TABELA 16: Educação: Aspectos Gerais
2006**

	FORMOSA	REGIÃO DE INFLUÊNCIA
Escolas em Atividade	81	19
Salas de Aula	615	104
Docentes	1.253	226
Alunos da Educação Pré-Escolar	1.792	333
Alunos da Classe de Alfabetização		
Alunos do Ensino Fundamental	18.000	3.025
Alunos do Ensino Médio/Normal	4.997	853
Alunos do Ensino Especial	119	-
Alunos da Ed. Jovens/Adultos	1.964	315
Alunos do Ensino Profissional (Nível Técnico)	-	-
Alunos da Creche	355	-
Total de Alunos	27.227	4.567

Área de Influência Imediata: Cabeceiras, Santa Rosa de Goiás e Vila Boa.

Fonte: SEPLAN/SEPIN.

Elaboração: Observatório do Mundo do Trabalho e da EPT – Região Centro-Oeste.

Os gestores municipais avaliam a qualidade do ensino a cargo do município (da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental e 2ª fase do EJA) e os poucos cursos superiores oferecidos, como sendo de boa qualidade. Todavia, identificam uma baixa qualidade no ensino a cargo do Governo do Estado de Goiás (5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e Ensino Médio). Reconhecem, ainda, que as limitações vividas na 2ª Fase do Ensino Fundamental e no Ensino Médio se prolongam para o Ensino Superior na medida em que os estudantes oriundos desse ensino refletem essa realidade nas IES.

Uma das grandes lacunas apresentadas na estrutura de ensino do Município de Formosa e da área de influência imediata é na modalidade de educação profissional e tecnológica de Nível Médio Técnico. Não há instituições de educação profissional e tecnológica públicas, escolas de instituições do “Sistema S”, ou mesmo instituições particulares atuando nessa modalidade de educação.

Estão presentes no Município duas instituições privadas que oferecem cursos técnicos de curta duração: a MicroLins Franchising e a CETESI – Centro Técnico em Saúde.

A MicroLins Franchising oferece cursos técnicos que possuem carga horária definida. São eles: Idiomas (Inglês – 198h); Informática (Informática Rápida – 72h; Operador de Computador – 132h; Design Web – 102h; Montagem e Manutenção de Computadores e Redes – 96h); Turismo (Turismo – 60h; Hotelaria – 60h; Garçon e Garçonete – 60h; Barman – 48h); Atendimento e Vendas (Atendimento a Clientes – 24h; Vendas e Marketing no Varejo – 48h); Rotinas Administrativas (Rotinas Administrativas – (?); Operador de Caixa – (?); Desenvolvimento Pessoal (Desenvolvimento Pessoal – 14h telepresencial; Meu Primeiro Milhão – 12h telepresencial); Recursos Humanos (Formação de Assistente de RH – 15h Telepresencial). Há, ainda, os cursos técnico-profissionalizantes de curta duração da Microlins que podem ser montados com carga horária variável e na própria empresa que contrata o curso. São eles: Administrativo; Departamento Pessoal; Escrita Fiscal; Contábil; MS Access; Adobe Dreamweaver; Lógica de programação; Corel Draw; Borland Delphi; Adobe Flash; Vendas & Marketing no Varejo; Adobe Photoshop; Active Server Pages ASP; Corel PhotoPaint; MS Windows; Adobe Fireworks; MS Word; Hardware; MS Power Point; Redes; MS Excel; Adobe Page Maker; Excel Avançado; Operador de Telemarketing; Ferramentas de Sistemas; Telefonista e Recepcionista; Internet; Turismo; HTML; Hotelaria; Garçom; Linux/Internet; Barman; Star e Open Texto; Autocad; Star e Open Apresentação; New Generation – Conversação I, II e III; Star e Open Planilha; PHP; MySQL; Front Page.

A CETESI oferece o curso profissionalizante de Enfermagem.

A oferta de Ensino Técnico pelo *Campus* Formosa poderá contribuir para o atendimento dessas demandas, bem como poderá proporcionar projetos curriculares e qualidade de formação de referência, em especial nas modalidades de Ensino Técnico Integrado e de Educação de Jovens e Adultos, em curso no Município e na sua área de influência.

O Ensino Superior no Município de Formosa e na região de influência imediata é oferecido pela Unidade de Formosa da Universidade do Estado de Goiás (UEG), pela Faculdade Cambury de Formosa, pelas Faculdades Integradas - IESGO, Grupo Educacional UNINTER e Universidade Aberta do Brasil, UAB. Predomina a oferta de

Cursos de Licenciatura, de Administração de Empresas e de Tecnologia da Informação, conforme demonstra a Tabela 1. Chama a atenção não haver oferta dos cursos de licenciatura em biologia e em química, bem como a ausência do curso de Tecnologia em Turismo.

As instituições de ensino superior não tem implementado programas e projetos de pesquisa e de extensão na região de forma continuada. Essa realidade tem privado o município, bem como a sua região de influência imediata, de uma intervenção das instituições de ensino superior, tendo em vista a resolução de problemas sociais, econômicos e político-administrativos.

O *Campus* Formosa, atuando na Educação Profissional e Tecnológica, direcionado para as formações técnicas e tecnológicas e licenciatura, com ênfase no setor industrial, no saneamento e meio ambiente e no turismo e hospitalidade, pode contribuir para a democratização do acesso a essas modalidades de ensino e se constituir em referência de Ensino Superior de qualidade na Região.

Concluindo, no Município de Formosa estão presentes instituições de educação que atuam nas várias modalidades de ensino. A carência percebida na região tem sido objeto de ação corretiva, mas sem grande êxito na modalidade de Ensino Médio Técnico e Tecnológico, bem como nos cursos de licenciatura em Física e Biologia. Essa realidade pode ser confirmada por meio do IDH-Educação que apresenta taxas consideradas “médias” e “elevadas”¹⁵.

6.1.1.4.2. Aspectos Sociais

A forma particular da expansão da população do Município de Formosa tem pressionado, próximo aos limites das possibilidades, os serviços sociais básicos oferecidos por parte do governo municipal para a população (saúde, escolas, segurança etc.) mas não os levou a um colapso. O Município de Formosa e a região de influência imediata apresentam uma razoável estrutura de saúde pública, mas ocorre uma carência de técnicos (Agente Comunitário de Saúde, Análises Clínicas, Farmácia, Gerência de Saúde, Hemoterapia, Higiene Dental, Imobilizações Ortopédicas, Nutrição e Dietética e Vigilância

¹⁵ O crescimento do IDH-Educação, assim como as demais dimensões que configuram o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), ou seja, IDH-Renda e IDH-Longevidade, foram analisados com base em uma leitura comparada entre os anos de 1991 e 2000, conforme Quadro 1.

em Saúde). Portanto, o município apresenta condições infra-estruturais razoáveis para enfrentar os desafios de uma população em processo de rápido crescimento e cada vez mais exigente quanto a serviços públicos de qualidade, mas é carente de um quadro completo de servidores técnicos em saúde.

O crescimento da Cidade de Formosa até certo ponto desordenado, desencadeou outros problemas, como o desemprego da população jovem, a criminalidade e violência, a precarização das moradias das camadas sociais de baixa renda, etc.

A questão do desemprego tem concorrido para a evasão de uma parcela da população jovem em direção a Brasília. O governo municipal tem buscado estimular a qualificação técnico-profissional e a educação em geral, bem como estabelecer parcerias (SEBRAE, por exemplo) para a implementação de projetos que visem a geração de empregos, a exemplo de projeto envolvendo o turismo e o artesanato.

Para se obter uma visão mais ampla da situação social do Município de Formosa e da sua região de influência imediata, é necessário analisar o Quadro 1 que apresenta IDH-Municipal desagregado nas suas diversas dimensões e o próprio IDH-Municipal apresentado ao final. Observa-se que os índices sociais devem ser melhorados para atingir padrões satisfatórios, que se encontram em torno de 0,800.

QUADRO 1: IDH's de Formosa e Região de Influência				
IDH – FORMOSA			IDH – REGIÃO DE INFLUÊNCIA ¹⁶	
	1991	2000	1991	2000
IDH-M/RENDA	0,682	0,681	0,568	0,605
IDH-M/EDUCAÇÃO	0,766	0,840	0,653	0,781
IDH-M/LONGEVIDADE	0,647	0,730	0,653	0,698
IDH-MUNICIPAL¹⁷	0,698	0,750	0,625	0,695

Fonte: SEPLAN/SEPIN

¹⁶ Os IDH's da Região de Influência são obtidos por meio da média ponderada dos IDH's dos municípios que fazem parte da mesma.

¹⁷ Classificação segundo IDH: Elevado: 0,800 ou superior; Médio: 0,500 – 0,799; Baixo: abaixo de 0,500.

6.2. Identificação da Matriz de Potencialidades, Limitações e Problemas

POTENCIALIDADES	LIMITAÇÕES	PROBLEMAS
Extensa área geográfica	Área de ocupação do Exército	Uso inadequado do solo. Ocupação desordenada do território. Crescimento populacional acima da média nacional. Fiscalização imobiliária inadequada. Baixa governabilidade para o ordenamento territorial
Facilidade de acesso por meio de rodovia federal, rodovias estaduais e estradas vicinais em boas condições	Migração em busca de melhor qualidade de vida, aproximadamente 25% da população se desloca diariamente para trabalhar em Brasília.	Inadequação do terminal rodoviário, município “dormitório”.
Tradição nas atividades pecuária e agrícola e existência de recursos naturais favoráveis	Dificuldade de acesso a financiamentos e incentivos fiscais.	Produção com baixo valor agregado. Baixa produtividade da agricultura familiar. Assistência técnica deficitária. Produção com baixo nível tecnológico e inexistência de certificação e adequação às normas nacionais de segurança para a comercialização de alguns produtos agropecuários. Carência de recursos humanos qualificados. Um

		<p>maior volume de atividades com práticas inadequadas acaba dando fim aos recursos naturais favoráveis. Causando assoreamentos e com isso uma degradação das matas ciliares. Falta de zoneamento agrícola para culturas alternativas</p>
<p>Disponibilidade hídrica de abastecimento para a agricultura irrigada (Projeto Flores de Goiás)</p>	<p>A falta de fiscalização para a poluição;</p>	<p>Inadequado uso do solo, dos recursos hídricos e precário aproveitamento das condições climáticas. O fato do alto nível de poluição desta disponibilidade hídrica.</p>
<p>Recursos naturais a serem explorados para fins turísticos</p>	<p>Falta de estrutura para receber turistas, ter um melhor acesso e aproveitamento do local;</p>	<p>Infra-estrutura turística deficiente. Carência de recursos humanos qualificados. Pouco conhecimento dos pontos turísticos no âmbito nacional. Pouco cuidado local para a preservação da limpeza e da segurança dos pontos ecoturísticos. Imagem deteriorada de alguns dos pontos ecoturísticos do município no âmbito regional e baixa cultura ecológica e de preservação ambiental</p>

Quinto maior distrito industrial do Estado de Goiás em área		Poucas agroindústrias instaladas. Dificuldade de acesso a financiamentos
Desenvolvimento de atividade de urbanização		Infra-estrutura urbana de saneamento deficiente. Assentamentos em condições precárias de infraestrutura
Bom atendimento de energia		
Boa infra-estrutura de comunicação		
Plano diretor do Município elaborado e aprovado		
Atração de estudantes pelas instituições de Ensino Superior existentes	Evasão da mão-de-obra para Brasília	Dificuldade de acesso ao Ensino Superior pela população local
Vontade política de promoção do desenvolvimento		Estrutura organizacional e quadro funcional incompatíveis com as demandas. Fragilidade dos instrumentos de planejamento e baixa capacidade de arrecadação com forte dependência das transferências governamentais
Existência de cooperativas, assentamentos e conselho de desenvolvimento		Capital humano subutilizado e cultura de cooperação institucional incipiente. Baixa participação de atores sociais e pouca representatividade das

		organizações sociais
Boa articulação com outros níveis de governo	Descontinuidade das políticas de governo e limitado poder de definição de políticas municipais	Baixa capacidade na promoção do desenvolvimento municipal. Fragilidade nos mecanismos de controle social
Sistema de saúde como referência para 22 municípios		Hospitais não dispõem de UTI
100% da população vacinada		Baixa capacidade de atendimento nos Postos de Atendimento à Família (PSF) e ausência de serviço de atendimento a dependentes químicos e alcoólicos
100% dos professores do Ensino Fundamental graduados ou em processo de graduação		Superlotação das salas de aula do Ensino Fundamental e pouca presença dos pais na escola acompanhando a formação dos filhos
Setor de serviços em expansão no Município		Carência de cursos profissionalizantes para aperfeiçoamento da mão-de-obra local e dos serviços prestados no Município. O número de vagas do Programa Primeiro Emprego é insuficiente para atender à demanda existente
Escoamento de produção agrícola e a entrada de	Não possuir uma malha ferroviária própria, um	

produtos e matérias primas	sistema de transporte hidroviário e aeroportuário.	
Razoável infra-estrutura de Saúde pública para e atender o município.	Carência no meio de servidores técnicos de saúde.	
Diversidade de atividades (agroindústria, agricultura, pecuária, serviços, turismo entre outros)	Ampla informalidade no município	Profundo desequilíbrio da distribuição destes setores na atividade econômica.
Uma população jovem	Baixo nível de graduação.	Desemprego da mesma, criminalidade e violência, precariedade nas moradias.

6.3. Identificação de Problemas Centrais

CARACTERIZAÇÃO DO (S) PROBLEMA (S)	FORMAS DE MANIFESTAÇÃO	PROPORÇÕES DE MANIFESTAÇÃO
Baixo dinamismo econômico		
Número do Programa Primeiro Emprego é insuficiente para atender à demanda existente		
Ausência de co-responsabilidade de alguns pais na formação dos filhos, ocasionado pelo baixo nível de escolaridade e de		Uma população, com baixo grau de escolarização funável a violência e utilização de drogas;

consciência destes		
Carência de sala de aula no Ensino Fundamental provocando a superlotação das salas existentes	Investimento do governo;	Fazer requerimentos ...
Capacitação insuficiente dos recursos humanos		
Relações interinstitucionais desarticuladas		
Atuação da prefeitura municipal limitada a demandas		
Baixo índice de participação dos atores sociais locais		
Fragilidade das organizações da sociedade civil		

6.4. Identificação dos Objetivos Centrais da Instituição

CARACTERIZAÇÃO DO (S) OBJETIVO (S) CENTRAL (IS)	NÚCLEO (S) CENTRAL (IS)	MANIFESTAÇÕES ESPECÍFICAS
Fortalecer o setor produtivo e de serviços por meio da oferta de trabalhadores qualificados	Fornecer graduação aos mesmos;	Palestras, cursos, graduações e pós-graduações;

Aprimorar as técnicas e as tecnologias empregadas nas vocações da região	Oferecer cursos técnicos e tecnológicos para melhor capacitação da população para aproveitar as vocações da região;	
Desenvolver o Turismo	Fazer um marketing salientando os recursos naturais do município, e seus aspectos positivos com o intuito de chamar a atenção de possíveis turistas;	
Conscientizar os pais na formação dos filhos	Fornecendo palestras, e cursos de educação e formação dos filhos;	
Promover salários adequados		
Concorrer para ampliar a infra-estrutura escolar		
Concorrer para formar profissionais qualificados no Ensino Médio	Oferecer ainda no ensino media cursos de capacitação para estas pessoas que o estão cursando;	
Concorrer para a melhoria da qualidade do Ensino Médio	Contratar uma docência capacitada pronta para passar os seu conhecimentos;	
Promover o uso adequado do espaço rural para o desenvolvimento sustentável	Conscientizar o governo e a população sobre os bens que o desenvolvimento sustentável trás para uma comunidade tão voltada para	

	a área agrícola como formosa;	
Promover relações interinstitucionais articuladas		
Concorrer para um sistema de gestão municipal fortalecido		

6.5. Estabelecimento de Estratégias, Ações, Instituições e Atores Sociais Envolvidos

O Município de Formosa possui tradição agropecuária, com o plantio de soja, milho e feijão e pecuária extensiva. Possui também recursos naturais que possibilitam a exploração do ecoturismo, do turismo rural e do turismo de aventura.

Formosa fica próximo de um grande centro consumidor, o eixo Brasília-Anápolis-Goiânia, com aproximadamente 5 milhões de habitantes, que pertence à área de atuação prioritária dos governos federal e municipal, o que lhe possibilita acesso a recursos públicos que promovem o desenvolvimento regional.

A localização geográfica ainda coloca Formosa como pólo de comércio e serviços para a região nordeste do Estado de Goiás e também facilita o acesso de alunos às Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no Município.

Para dinamizar a economia do Município, é necessário fortalecer o setor produtivo pela promoção de articulação dos setores empresarial e público, do fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento Econômico, da realização de fóruns e seminários com os diversos atores sociais e econômicos e do estímulo à ação conjunta entre os diversos segmentos para ganhar competitividade.

Outro foco estratégico é o aprimoramento das técnicas e das tecnologias empregadas nas vocações da região, estabelecendo parcerias com centros de excelência tecnológica para pesquisa e divulgação de novas tecnologias, assim como a promover a

Educação Profissional e Tecnológica, proporcionando cursos de Formação Inicial Continuada, cursos Técnicos e Tecnológicos.

O turismo é uma das vocações da região que precisa ser desenvolvida, utilizando como estratégia o aproveitamento dos recursos naturais de forma integrada, criando um roteiro turístico, divulgando os potenciais turísticos em novos mercados, apoiando projetos elegíveis às fontes de financiamento disponíveis e elaborando plano para o desenvolvimento do turismo.

Objetivando tornar o ensino eficiente, serão necessárias ações que promovam a facilidade de acesso ao Ensino Médio, professores qualificados e menor índice de analfabetismo, tais como elaboração de cursos superiores na universidade para a formação de professores, devendo o desenho desses cursos ser realizado em conjunto com os profissionais de ensino para que se melhor identifique os anseios municipais.

Levando-se em consideração a situação geográfica do Município inserido no Entorno de Brasília com a efetiva implementação, Formosa converter-se-á em um importante pólo universitário que promova a capacitação de profissionais de ensino, dentre outros. Além das ações específicas citadas anteriormente, outras ações deverão ser realizadas concomitantemente, tais como baixos salários, evasão de profissionais e superlotação nas salas de aula. Para tanto, procura-se elaborar um programa para a fixação do aluno em sala de aula, com prestação de assistência familiar e disponibilizar recursos para a ampliação da infra-estrutura familiar. Dessa forma, por meio do oferecimento de cursos técnicos profissionalizantes e da elaboração, em conjunto com a iniciativa privada, de um programa de cooperação para o atendimento de famílias de baixa renda, intenta-se promover em curto prazo amenizar e neutralizar os efeitos da falta de qualificação profissional, ausência de apoio familiar e elevado custo do ensino por parte da iniciativa privada, e a longo prazo, garantir sua erradicação.

O desenvolvimento regional e local pressupõe a formação de redes de cooperação e de parcerias interligadas a um sistema de gestão municipal que estimule os cidadãos a construir novas práticas de planejamento e de gestão democrática incluídas, redistributivas e sustentáveis.

Para alcance desses objetivos, no caso do Município de Formosa, torna-se imperativos o fortalecimento da articulação interinstitucional e da gestão municipal.

Nesse contexto, sugerem-se como estratégias:

ESTRATÉGIA	AÇÕES	OUTRAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS	ATORES ENVOLVIDOS	PERÍODO DE REALIZAÇÃO
Estimular a formação de parcerias e envolver as diversas instituições na identificação e na formulação de soluções para os problemas locais e regionais				
Motivar a sociedade a se empoderar das institucionalidades existentes, aproveitando as oportunidades disponíveis para o território	Conscientizar a comunidade destes recursos para que a mesma possa estar usufruindo;	Governo;		
Aperfeiçoar os mecanismos de gestão integrada da ação intergovernamental, utilizando	Sair às ruas informando aos moradores sobre assuntos			

sistema e comunicação, visando ao alcance de resultados efetivos e mobilizadores	desejados, através de carros com som, ou com pessoas mesmo;			
Instituir programa de modernização municipal				

6.6. Conclusão: Desafios e Encaminhamentos

Em face do diagnóstico, da matriz de potencialidades, limitações e problemas, dos objetivos e das estratégias para a resolução dos principais entraves do Município de Formosa tendo em vista o desenvolvimento regional e local, foi sugerido as seguintes ações:

1. Definição de Plano de Ação – Agenda do Desenvolvimento Regional/Local;
2. Realização da primeira feira de tecnológica de Formosa;
3. Criação de roteiro integrado de turismo ecológico e de pesca na barragem de irrigação de Flores de Goiás e a realização de campanhas publicitárias;
4. Curso de capacitação de gestores do Município de Formosa para elaboração e análise de projetos;
5. Criação de grupo de trabalho interdisciplinar, envolvendo as diversas instituições, visando a melhorar as relações interinstitucionais articuladas e o sistema de gestão municipal;
6. Sensibilização e capacitação dos agricultores dos assentamentos;
7. Aplicação dos instrumentos previstos no plano diretor e da nova legislação urbanística;
8. Melhoria da arrecadação municipal por meio da ampliação da base de arrecadação dos impostos municipais e estaduais;

9. Fortalecimento dos conselhos municipais;
10. Destinação de áreas e incentivo à implantação de comércio e serviços locais a fim de melhorar a infraestrutura de serviços e a rede comercial bancária da região;
11. Incentivo à instalação de outras instituições de ensino superior e divulgação regional dos cursos em funcionamento.
12. Implementação de capacitação para a equipe técnica da Prefeitura de Formosa, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, tendo em vista promover capacitação teórica e prática à referida equipe.